

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Os administradores da CONASA INFRAESTRUTURA S.A. (nova denominação social da CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO) ("CONASA" ou "Companhia") apresentam as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme inciso VIII do artigo 1º do Anexo 3 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante o exercício de 2015, a Companhia promoveu relevantes melhorias operacionais e de desempenho financeiro, diretamente e através de suas subsidiárias.

O capital social da empresa passou de R\$ 141.584 (cento e quarenta e um milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil reais) para R\$ 158.187 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e oitenta e sete mil reais), através de capitalizações feitas pelo INFRA Saneamento Fundo de Investimento em Participações. Desse aumento de capital, o valor de R\$ 13.818 foi integralizado pelos acionistas com debêntures da coligada Sanesalto Saneamento S/A. As debêntures foram integralizadas pelo preço unitário na data, não havendo ágio ou deságio na operação. A partir da integralização a CONASA passa a receber a remuneração de 6,25% a.a. somada a atualização monetária pelo IGP-M, durante o prazo da debênture que vencerá em 2025. Estrategicamente, a CONASA aumenta sua participação nos resultados da Sanesalto, como acionista e credora.

No exercício de 2015, entre os ativos investidos pela CONASA, o de iluminação pública apresentou uma significativa evolução. O setor passou por mudança regulatória promovida pela Resolução Normativa ANEEL nº414/10. A CONASA, através da URBELUZ que já detém a PPP de iluminação pública em São João do Meriti, sagrou-se vencedora de mais uma PPP, em Caraguatatuba, São Paulo. Nessa PPP, serão investidos mais de R\$ 70.000 para substituição de 20.000 luminárias em LED e outros investimentos em automação e eficiência.

No setor de tratamento de água, esgotamento sanitário e tratamento de efluentes industriais, a CONASA avançou muito durante o ano de 2015. A COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, firmando o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, repactuando investimentos e metas contratuais. Para cumprimento das novas obrigações oriundas do plano de saneamento municipal aprovado em 2014 e contemplado no reequilíbrio,

o contrato de concessão foi estendido por mais 15 anos, agora com término no ano de 2044. .

A contrapartida para essa receita se dará pela prestação dos serviços e em investimentos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em linha com o que determina o Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado no ano de 2014.

No sistema de abastecimento de água serão investidos R\$ 149.909, e no de esgotamento sanitário os investimentos irão somar R\$ 353.931.

A CONASA também finalizou o termo de aquisição da SANESALTO, concessionária de tratamento de esgoto de Salto, São Paulo. A CONASA adquiriu a SANESALTO em 2013, adquirindo 48,8% das ações. Obtendo aprovação dos debenturistas, receberá o restante das ações.

A SANESALTO iniciou o investimento em expansão e melhoria da capacidade de tratamento da ETE Santa Isabel, com a implantação de sistema de pós tratamento de lodos ativados. O investimento total será de R\$ 13.100, obra iniciada em junho de 2015 e com início de operação em agosto de 2016.

Em julho de 2015 foi assinada a ordem de serviço para a nova concessão da CONASA, que será feita através da concessionária ÁGUAS DE MERITI, responsável pela coleta e afastamento do esgoto sanitário e gestão comercial envolvendo leitura e cobrança, bem como a substituição de hidrômetros, redução de perdas, corte e religação do serviço. A concessionária atenderá 460.000 habitantes, ampliando o percentual de esgoto tratado de 0% para 90% em 5 anos. A distribuição de água e o tratamento de esgoto ficarão a cargo da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).

A receita bruta operacional consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, passando de R\$ 63.631 em 2014 para R\$ 121.856 em 2015. A elevação de receitas advém essencialmente do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias, bem como do aumento de capital na URBELUZ que permitiu a consolidação contábil.

Vale ressaltar que na receita consolidada da CONASA não apresenta a consolidação contábil das participações na SANESALTO, cuja receita somou R\$ 23.948, concessionária sobre a qual detém 100% dos direitos econômicos, e na ÁGUAS DE MERITI, concessionária a qual detém 49% das cotas.

A SANETRAT concluiu em 2015 a ampliação e atualização tecnológica da estação de tratamento de efluentes industriais ("ETEI"), localizada na cidade de Salto, São Paulo, que proporcionou crescimento orgânico de 27% em seu faturamento, comparado com o ano anterior. Além disso, iniciou o processo de instalação da ETEI em Porto Belo - SC.

A ÁGUAS DE SANTO ANTONIO realizou até o momento investimentos de R\$ 7.102. Uma série de investimentos no sistema de abastecimento de água do município estão programados para o ano de 2016, visando ampliar e melhorar a infraestrutura do sistema e aumentar a população atendida com água de qualidade.

A CONASA apresentou lucro líquido de R\$ 21.952 no ano de 2015, ante R\$ 10.000 em 2014.

O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

A direção da CONASA reitera o compromisso em prover a expansão da infraestrutura sob sua responsabilidade, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico financeira dos investimentos realizados.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E HISTÓRICO

A CONASA é a holding de investimento focada em infraestrutura, notadamente concessões de saneamento básico e iluminação pública.

A estrutura organizacional concebida, com atuação conjunta da holding com as SPEs, permite a centralização da estrutura estratégica de operação e desenvolvimento de novos negócios, mantendo nas empresas investidas a estrutura restrita necessária para o operacional.

HISTÓRICO

A CONASA foi constituída para ser um dos agentes privados no setor de saneamento e infraestrutura do Brasil. A infraestrutura brasileira apresenta déficits enormes de investimento e enfrenta problemas que não poderão ser solucionados, na escala e velocidades necessárias, sem a participação efetiva da iniciativa privada, que deverá estar fortemente amparada em políticas públicas adequadas.

O INFRA Saneamento Fundo de Investimento em Participações adquiriu em fevereiro de 2013 a totalidade das ações da CONASA. O Fundo é administrado pela Santander Securities Services D.T.V.M.

A COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA é a concessionária dos serviços de água e esgotamento sanitário do município de Itapema, Santa Catarina, desde 2004. Nesta cidade litorânea de 57 mil habitantes e população flutuante de 300 mil no verão, foram investidos R\$ 114.586 em obras de água e esgoto nos últimos onze anos. Os investimentos foram direcionados para a implantação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto, elevando o índice de população atendida com tratamento de 0% em 2004 para 68% em 2015, e aplicados nas obras que puseram fim ao problema de falta de água que se repetia ano após ano na cidade durante as temporadas de verão.

A COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA realizará investimentos até o final da Concessão no ano de 2044 de R\$ 503.841 nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto. O sistema de água receberá investimentos de R\$ 149.909, e o de esgoto, R\$ 353.931.

Para o sistema de água estão previstos o aumento da reservação de água bruta e de água tratada, implantação de novas adutoras e redes de distribuição, aumento da capacidade de tratamento de água nas estações, substituição de hidrômetros, controle de perdas, entre outros, com o objetivo de garantir o abastecimento contínuo de água nas temporadas de veraneio.

Em relação ao esgotamento sanitário, está prevista ampliação da rede coletora de esgoto, que passará a ter aproximadamente 150 quilômetros, atingindo a 90% de atendimento à população urbana de Itapema, além da ampliação da capacidade da ETE Morretes, para 560 litros por segundo. Apenas nos próximos 4 anos, serão investidos R\$ 102.635 para elevar de 68% para 85% o nível de atendimento de coleta e tratamento de esgoto.

A Sanesalto opera, desde 2007, a concessão de tratamento de esgoto em Salto, São Paulo por 25 anos. Com investimentos de R\$ 50.000, a Sanesalto elevou, em apenas três anos, o nível de tratamento de esgoto de 0% para 92%, representando um avanço extraordinário para o saneamento básico da cidade de Salto e para a bacia do Rio Tietê.

Em 2008, a CONASA adquiriu a ÁGUAS DE SANTO ANTONIO, concessionária de tratamento e distribuição de água do município de Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro. Com investimentos de mais de R\$ 7.000, a concessionária conseguiu reverter o sucateamento do sistema de captação, tratamento e distribuição de água do município.

A empresa opera 12 Estações de Tratamento de Água - ETAs, sendo que 5 delas possuem captação superficial e tratamento convencional e as 7 demais possuem captação subterrânea por poços tubulares.

Em 2013, através da aquisição da SANESUL, entrou na ÁGUAS DE MERITI LTDA, concessionária de esgotamento sanitário de São João do Meriti. A cidade tem 460.000 habitantes e serão investidos cerca de R\$ 400.000 para universalização do tratamento de esgoto.

No setor de serviços ambientais, em 2008, foi criada a SANETRAT SANEAMENTO S.A., empresa que faz tratamento de efluentes industriais. Como tais efluentes não podem ser lançados diretamente na rede coletora municipal por serem extremamente agressivos ao meio ambiente, eles têm obrigatoriamente que ser previamente tratados. Como opção para as indústrias que não desejam ou encontram-se impossibilitadas de tratar seus efluentes, a CONASA possibilita o lançamento de forma correta, garantindo o tratamento e a preservação ambiental.

Ao final de 2010, a CONASA visualizou uma oportunidade no setor de iluminação pública com a promulgação da Resolução Normativa ANEEL nº414/10, que transferiu os ativos de iluminação obrigatoriamente para os municípios.

Com o objetivo de adquirir capacidade técnica e incorporar a possibilidade de participação em PPPs de iluminação pública, a CONASA entrou no capital da URBELUZ ENERGÉTICA S.A. em 2013. A URBELUZ é uma das maiores empresas de gestão de iluminação pública do Brasil. Já efficientizou 250 mil pontos de iluminação pública inseridos no Programa RELUZ da Eletrobrás em 9 estados brasileiros e gere cerca de 100 mil pontos. Com a entrada da CONASA na empresa, o foco foi direcionado para projetos de longo prazo em PPPs. Hoje detém as duas PPPs de iluminação pública do Brasil, sendo a primeira na cidade de São João do Meriti - RJ e a segunda em Caraguatatuba - SP.

A URBELUZ sagrou-se vencedora da PPP de iluminação pública no município de São João do Meriti, pelo prazo de 25 anos. A contraprestação pelos serviços é de R\$ 2.291 por mês. No período total da concessão serão investidos cerca de R\$ 100.000 para substituição da totalidade do parque de iluminação pública por tecnologia LED e a eficientização da iluminação em 150 prédios públicos.

Em 2014, a URBELUZ participou do processo de PPP de Caraguatatuba, São Paulo, sagrando-se vencedora no início de 2015. Nessa PPP, serão investidos R\$ 70.000 para substituição de cerca de 20.000 luminárias em LED e outros investimentos.

Além das PPPs já assinadas, a URBELUZ iniciou diversos processos de Manifestação de Interesse Privado - MIP, mecanismo no qual empresas privadas podem propor projetos ao setor público.

Os resultados alcançados pelas empresas controladas pela CONASA – COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO servem como exemplo ilustrativo dos benefícios que a população obtém quando se enfrenta as carências no setor de infraestrutura com seriedade.

Da mesma forma que a CONASA proporciona benefícios à população e ao desenvolvimento sustentável das localidades onde atua, ela também apresenta excelentes oportunidades de investimento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A instância máxima de decisão na Companhia é a Assembleia Geral de Acionistas.

Compete a ela, entre outros assuntos, eleger ou destituir os membros do conselho de administração e alterar o Estatuto Social da Companhia.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por cinco membros com mandato de um ano, permitida a reeleição.

A Diretoria Executiva é composta por três diretores, com mandato de um ano, permitida a reeleição.

A Companhia em 2015 trabalhou para centralizar a controladoria de todas as controladas, incluindo todas atividades financeiras, contábeis, de recursos humanos e jurídica. Essa centralização permitirá maior controle sobre as operações e melhor análise dos dados pela controladoria, bem como racionalização dos custos.

A Gestão da Qualidade e as Certificações ISO 9001 e ISO 14001, das Investidas da CONASA visam a integração dos procedimentos, a satisfação dos clientes, o aperfeiçoamento contínuo dos processos e serviços, além do aprimoramento constante dos funcionários, o controle da ocorrência de problemas

operacionais e o acompanhamento permanente da satisfação dos clientes, advindos da gestão da qualidade.

No ano de 2011 a Sanesalto obteve certificação para o Sistema de Gestão Integrado baseado nas NBR ISO 14001/2004 - Sistema de Gestão Ambiental e NBR ISO 9001/2008 - Sistema de Gestão da Qualidade. Com o Sistema de Gestão Ambiental a empresa visa a preservação o meio ambiente por meio de ações que visam prevenção, controle e minimização de seus impactos ambientais significativos.

A obtenção da certificação ISO 9001 em 2010 pela Águas de Itapema foi uma grande conquista na busca pela melhoria constante dos serviços prestados pela companhia.

A Companhia Águas de Santo Antônio obteve certificação ISO 9001 no ano de 2010. Esta ferramenta de gestão proporcionou a busca pela melhoria constante dos serviços prestados pela empresa.

A administração da companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes para os serviços de auditoria a partir do exercício de 2013. A remuneração dos auditores no exercício de 2015 foi de R\$ 75 pela auditoria da companhia, somado ao valor de R\$ 239 pela auditoria de 10 sociedades controladas ou coligadas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria, sem que a companhia ou suas coligadas contratem a BDO para exercício de outras atividades de consultoria que poderiam gerar conflitos de interesse.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia vem solidificando sua estruturação financeira através de aportes do acionista e pela conquista de novos negócios.

Até 2015, o foco da Companhia foi a redução da razão Dívida Líquida por EBITDA, que passou de 10,9 para 1,6. Tal redução foi possível através do aumento de receita pelo desenvolvimento de novos negócios e pela amortização da dívida de longo prazo.

Foi importante também a redução de custos e eficiência operacional gerada pela centralização das atividades das investidas na CONASA.

RECEITAS

A receita bruta operacional consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, saindo de R\$ 63.631 em 2014 para R\$ 121.856 em 2015. A elevação de receitas advém essencialmente do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias, bem como do aumento de capital na URBELUZ que permitiu a consolidação contábil.

A presente receita ainda não apresenta a totalidade do potencial da Companhia nas empresas em operação. A receita bruta operacional consolidada deve aumentar com o início de operação de projetos em desenvolvimento, aumento de receita das concessões com as revisões tarifárias e reequilíbrios econômico financeiros de contratos e consolidação contábil da SANESALTO quando da transferência das ações, a partir da aprovação dos debenturistas para troca de controle.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos, excluídos os efeitos de custos de construção e amortização do ativo intangível, somaram R\$ 46.258, e as despesas, excluídos os efeitos de PECLD e depreciação do ativo imobilizado, R\$ 37.117.

Primeiramente, o impacto no comparativo entre 2014 e 2015 reflete a consolidação contábil da URBELUZ, a qual apresentou custos de R\$ 31.157 e despesas de R\$ 7.663.

O aumento de energia elétrica acima da inflação, desde outubro de 2014, com a implantação de bandeira tarifária em janeiro de 2015 e aumento esporádico em março de 2015, impactou diretamente o custo da Companhia e suas subsidiárias. Os reajustes tarifários tendem a absorver os aumentos e, em alguns casos, as subsidiárias vêm sendo ressarcidas dos custos pela bandeira tarifária, em reequilíbrio dos Contratos de Concessão.

EBITDA

Evolução do EBITDA nos últimos três anos deve-se ao resultado de uma rígida política de redução de custo e aumento da eficiência da operação.

EBITDA	2015	2014	2013
Lucro Líquido	21.952	10.000	(11.562)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.642	2.015	1.571
Depreciação e Amortização	16.361	5.304	3.903
Resultado Financeiro	11.980	10.227	11.810
EBITDA	52.935	27.546	5.722
Margem EBITDA	71,20%	45,86%	14,44%

RESULTADO FINANCEIRO

Quanto às despesas financeiras, o aumento da inflação em 2015 impactou diretamente o resultado financeiro, pela atualização monetária do passivo. Com um IGP-M acumulado de 10,54% e IPCA de 10,67%, muito acima da meta estabelecida pelo Governo Federal, as despesas financeiras atingiram R\$ 11.980, contra R\$ 10.224 em 2014. Esse fator tende a ser atenuado pelas revisões tarifárias em 2016, que incluirão a inflação do período.

LUCRO

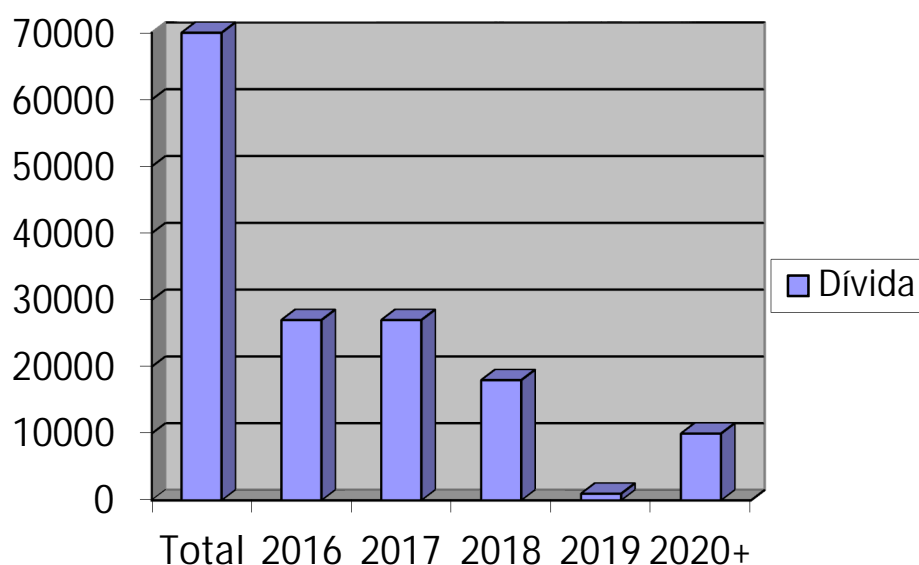
A CONASA apresentou lucro líquido de R\$ 21.952 no ano de 2015, ante R\$ 10.000 em 2014.

O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

PASSIVOS

Os passivos consolidados da Companhia se concentram nos financiamentos de longo prazo estruturados para realização de investimento pelas concessionárias.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Pela natureza do financiamento de longo prazo, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações.

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

	2015	2014	2013
Lucro Líquido	21.952	1.464	(11.562)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.642	2.015	1.571
Depreciação e Amortização	16.361	5.304	3.903
Resultado Financeiro	11.980	10.224	11.810
EBITDA	52.935	19.007	5.722
Dívida Bruta	94.038	77.090	68.178
Disponibilidades	5.066	20.294	2.535
Conta Reserva	3.981	3.405	3.165
Dívida Líquida	84.991	53.391	62.478
Dívida Líquida EBITDA	1,61 x	2,81 x	10,92 x

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios.

A redução do indicador se deu essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas, previstas em cada plano de negócios, e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

Conforme já comentado, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para o cumprimento das obrigações contratuais de investimento nos projetos operacionais e para pagamento dos financiamentos já contratados. Além disso, o atual nível de geração de caixa e alavancagem permitirão a conquista de novos negócios e o financiamento dos investimentos.

ATIVOS

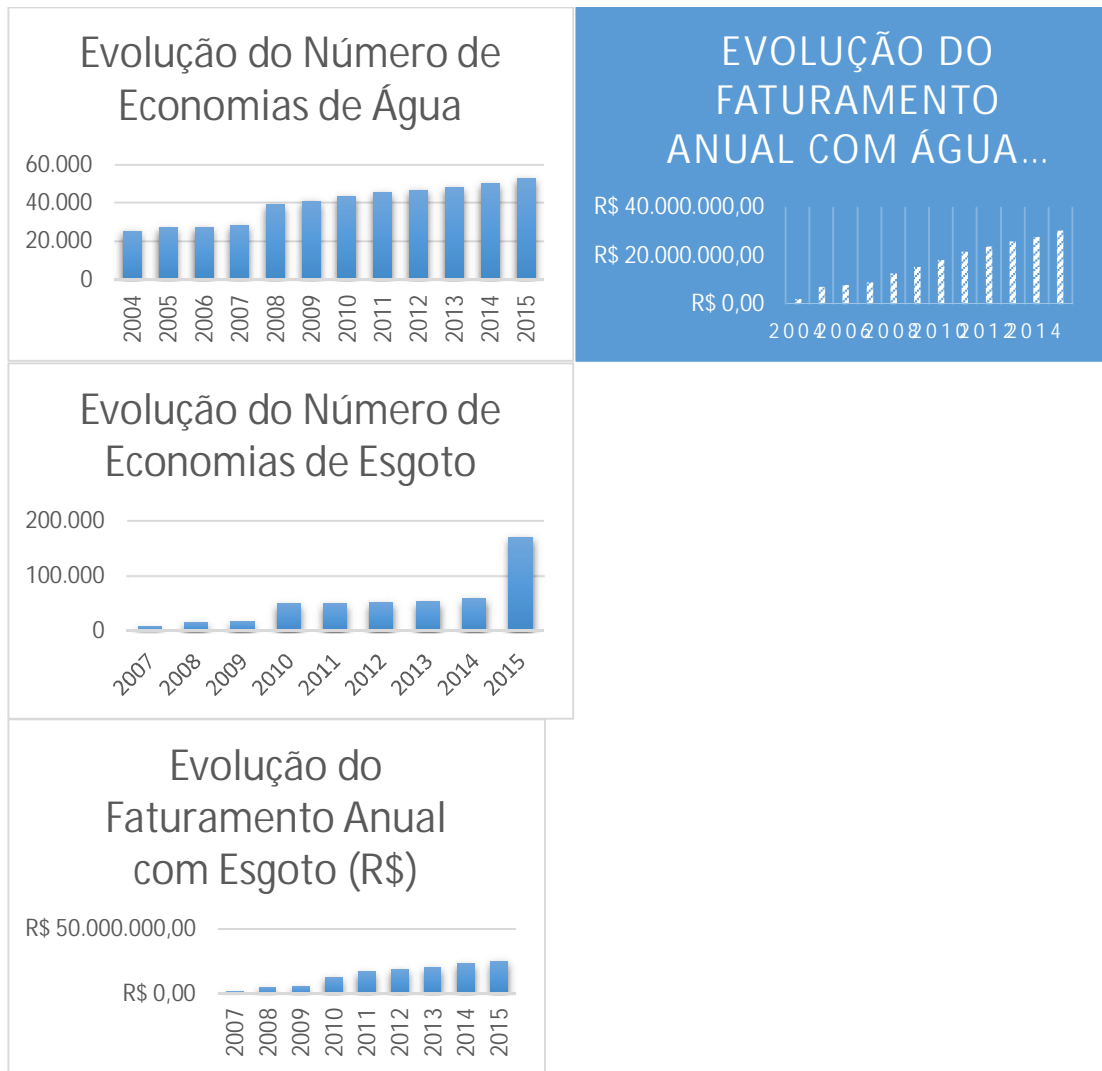
Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis vinculados às concessões e PPPs. Os ativos intangíveis concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão.

O ativo da Companhia também é composto por Títulos e Valores Mobiliários caracterizados por títulos de dívida de empresas do próprio grupo econômico e outros.

A rubrica de Contas a Receber apresentou um aumento relevante em decorrência da consolidação contábil da URBELUZ. A URBELUZ tem em seu ativo contas a receber de projetos em execução e já executados que somam R\$ 21.692 no encerramento do exercício. Quanto as empresas investidas concessionárias de água e esgoto, mesmo com a crise econômica, a inadimplência tem se mantido em níveis controlados, de aproximadamente 3%.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O crescimento acumulado de economias atendidas pelas empresas do grupo econômico da CONASA apresentou um crescimento em 2015, considerando as concessões de águas e/ou esgoto Águas de Itapema, Águas de Santo Antônio e Sanesalto. A Águas de Meriti iniciará os serviços no município no exercício de 2016.



Em Itapema, para a garantia do abastecimento de água durante a temporada de veraneio, período que a cidade recebe grande movimentação de turistas, foram realizadas mais melhorias no sistema este ano, tais como: ampliação da capacidade de reservação de água bruta, atingindo um total de 293 milhões de litros; substituição de 4.000 metros de rede de água no bairro Meia Praia, região que recebe o maior número de visitantes; implantação de mais 1.800 metros de rede de esgotamento sanitário, no bairro Centro; ampliação da capacidade da Estação Elevatória 133 e substituição das bombas da Estação Elevatória 205, aumentando assim a capacidade de vazão para a ETE Morretes, dando mais segurança e qualidade ao tratamento do esgoto.

A Sanesalto iniciou o investimento em expansão de capacidade de tratamento da ETE com a implantação de sistema de pós tratamento em lodos ativados. A capacidade total do sistema terciário, nesta primeira fase, será de 160 l/s.

Em Salto, a crise hídrica vivida desde o ano de 2014 impactou diretamente o consumo, que apresentou uma redução de 0,96%, apesar de um crescimento de 3,87% em número de economias. A Sanesalto apresentou à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ) dados da redução visando reequilíbrio contratual.

A Águas de Santo Antônio investiu em 2015 na expansão do sistema de distribuição de água para distritos distantes, aumentando a base de ligações em 8,36%.

Na área de prestação de serviços ambientais para o setor industrial, destacamos a SANETRAT. A empresa compõe-se de duas áreas: a operacional, que é responsável pela análise das amostras das indústrias interessadas no serviço de tratamento de efluente industrial, pela precificação do tratamento para determinado resíduo e por zelar pelo bom funcionamento do processo de tratamento do efluente.

Já a área comercial é responsável pela prospecção de indústrias que possam vir a se tornar clientes da SANETRAT e pela negociação contratual da prestação, ficando responsável pela intercomunicação entre as partes.

A SANETRAT realiza um tratamento específico para cada resíduo, reduzindo seu nível de toxicidade até o padrão de esgoto doméstico, e lança-os na rede coletora de esgoto para posterior tratamento final na ETE Santa Isabel.

Em 2015 a SANETRAT realizou a ampliação e atualização tecnológica da estação de tratamento de efluentes industriais de Salto, possibilitando o aumento da capacidade da planta de receber efluentes para remoção de seu potencial poluidor.

O processo de licenciamento para implantação da nova unidade da SANETRAT em Porto Belo, Santa Catarina, foi iniciado em 2015, no intuito de ampliar a atuação da empresa no estado de Santa Catarina.

Em iluminação pública, a URBELUZ vem aumentando sua base de clientes consistentemente. Ao final de 2015, a Companhia atendia 40.000 pontos de iluminação pública em regime de PPP. O foco neste momento está na realização dos investimentos previstos com maximização da eficiência do investimento. A tecnologia LED avança rapidamente e faz parte do escopo da URBELUZ.

RESPONSABILIDADE SOCIO AMBIENTAL

A CONASA sempre prezou pelo atendimento à legislação ambiental pertinente e desde o princípio buscou a regularização de todas as suas atividades e empreendimentos junto aos órgãos ambientais competentes. Dentre as ações ambientais, cita-se, o licenciamento ambiental das obras e empreendimentos, outorga do uso da água para captação de água bruta superficial e subterrânea; outorga do uso da água para lançamento dos efluentes tratados em corpos hídricos, cadastro das empresas junto aos órgãos ambientais nas esferas, municipal, estadual e federal.

A Águas de Itapema possui o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, cumprindo as exigências da Lei Federal nº 12.305/2010, com o objetivo de contribuir para a redução, reciclagem e gestão dos resíduos sólidos na empresa, orientando o correto acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final.

No ano de 2015 a CONASA executou um projeto ambiental de grande magnitude em parceria com a UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí para "Diagnóstico e Monitoramento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Perequê e da Enseada de Porto Belo". As fases do projeto envolveram o monitoramento da qualidade da água dos rios e mar da região de Itapema, vistoria das ligações prediais de esgoto do município, caracterização do lodo da estação de tratamento de esgoto e educação ambiental da população do município.

Se preocupando com as questões socioambientais, a CONASA realiza em suas investidas diversos programas ambientais e sociais, como o Programa de Barraca de Educação Ambiental (Sanesalto), Programa De Visita às Unidades do Sistema de Água e Esgoto (Sanesalto, Águas de Itapema e Águas de Santo Antônio) e o Programa de Reciclagem de Óleo de Cozinha Usado Sanesalto, Águas de Itapema e Águas de Santo Antônio).

A Tarifa Social, presente em todas as Concessionárias da CONASA, foi implantada visando proporcionar a inclusão de pessoas de baixa renda ao acesso ao saneamento básico, fornecendo água com qualidade e o tratamento do esgoto.

Diante de sua responsabilidade socioambiental, a CONASA amplia o acesso das pessoas à água potável de qualidade e expande a abrangência dos brasileiros ao saneamento básico, através da prestação e ampliação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando à universalização do saneamento no país.

EVENTOS SUBSEQUENTES

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme inciso VIII do artigo 1º do Anexo 3 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Como as presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme inciso VIII do artigo 1º do Anexo 3 da Instrução CVM 480, a Companhia apresenta os principais fatos posteriores ao encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Primeiramente, a Administração destaca a Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 05 de setembro de 2016, aprovando a ampliação do objeto social da empresa para investimento em infraestrutura em geral. Além disso foi autorizada o registro da Companhia na Categoria A, conforme Instrução CVM 480, e respectivo registro no ambiente denominado BOVESPA MAIS da BM&FBOVESPA.

A Águas de Itapema firmou, conforme divulgado, 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que estabeleceu o reequilíbrio econômico financeiro e as obrigações de investimento da concessionária. O reequilíbrio impactou em um reequilíbrio tarifário de cerca de 23% e a obrigação da empresa investir R\$ 504 milhões nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais. A totalidade do processo de reequilíbrio foi conduzido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina, agência reguladora delegada pelo município, acompanhada pelo Tribunal de Contas do Estado, poder concedente e concessionária. Essa alteração contratual se deu com base na Resolução ARIS nº 025/2015, dentro do Processo Administrativo nº 109/2015, e a vigência desse novo arranjo contratual se iniciou em 1 de janeiro de 2016.

Posteriormente e de forma unilateral, sem a interveniência do Poder Concedente e da concessionária, a ARIS pretendeu alterar parte do Contrato de Concessão pela edição de duas outras resoluções a de nº 003/2016 e a de nº 006/2016, desequilibrando unilateralmente o contrato de concessão, o que é vedado pela Lei de Concessões (Lei 8987/95) e pelo Marco Regulatório de Saneamento (Lei 11445/07). A Águas de Itapema contestou perante o judiciário as pretendidas alterações tarifárias, em clara ofensa a princípios Constitucionais e do Direito Administrativo. Permanece válido o 2º Termo Aditivo firmado.

Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, previstas no Plano Municipal de Saneamento e orçadas em R\$ 11.841, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. Para desenvolvimento do objeto do referido contrato, a CONASA estabeleceu direito de uso de superfície em favor do FII e foi por este contratada em regime de empreitada global para execução das obras de implantação, com previsão de término em dezembro de 2017, além de figurar como fiadora do contrato de locação.

Em 23 de maio de 2016, a Companhia recebeu 37.521 ações, correspondentes a 1,87% do capital social, da Sanesalto, via cessão não onerosa de antigos membros do conselho e diretores.

Em 22 de fevereiro de 2016, o Município de Santo Antônio de Pádua decretou intervenção na Águas de Santo Antônio, conforme artigo 32 da Lei de Concessões (Lei 8987/95). A intervenção é prevista na legislação com objetivo de corrigir supostos itens não atendidos do contrato de concessão. Para tal, o poder concedente deve abrir processo administrativo, outorgando direito de defesa ao concessionário, item não atendido pelo Município de Santo Antônio de Pádua.

O processo de intervenção tem prazo de duração de 180 dias, conforme legislação citada, mantendo a Águas de Santo Antônio concessionária dos serviços, com um interventor nomeado para execução do objeto da intervenção, e mantendo a CONASA acionista da Águas de Santo Antônio. Enquanto durar o processo de intervenção, a Companhia deixará de consolidar as informações contábeis da Águas de Santo Antônio, conforme CPC 36.

Em 28 de julho de 2016, a Companhia capitalizou o aporte para futuro aumento de capital realizado na Sanetrat, através da elevação do capital social para R\$ 40.648.

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350. A Companhia detém 20% do consórcio vencedor.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Conasa Infraestrutura S.A.
Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Conasa Infraestrutura S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Conasa Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativas de perdas com Cédula de Crédito Imobiliário da investida Sanetrat Saneamento S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa N° 9 às demonstrações contábeis, o montante de R\$ 31.689 mil refere-se a Cédula de Crédito Imobiliário - CCI de empresa que está em processo de falência e as garantias cedidas a Sanetrat, estão sendo discutidas judicialmente, sob acompanhamento de seu departamento jurídico.

Resposta da auditoria ao assunto de Estimativas de perdas com Cédula de Crédito Imobiliário da investida Sanetrat

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto de manutenção do registro do saldo do referido ativo, adotamos os seguintes procedimentos: (i) Recebimento e avaliação de parecer jurídico sobre a situação do andamento do processo, discussão das garantias vinculadas, prognóstico de possibilidade de execução das garantias, previsão estimada de acordo com situações semelhantes no mercado, sobre o recebimento do recurso relacionado uma vez que o valor das garantias superam o valor ora vinculado a transação da CCI; (ii) Avaliação de risco e de estimativas da Companhia no sentido de ter a razoabilidade de recebimento do referido crédito; (iii) Análise da divulgação adequada desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Análise de recuperação dos investimentos em contratos de concessão pública

Conforme divulgado na nota explicativa N° às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas mantém os montantes de R\$ 89.062 mil registrados no Ativo Intangível relacionado a investimentos realizados baseados em contratos de concessão de saneamento. Esses investimentos realizados possuem recuperação ao longo do contrato de concessão, baseado no recebimento de tarifas de serviço prestado aos consumidores. Estas análises de estimativas futuras de fluxo de caixa, descontados a valor presente, refletem a situação de avaliação de usufruto de benefícios econômicos vinculados a estes contratos de concessão, na qual exige um alto grau de julgamento da Administração nas projeções de resultados. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas e coligadas mantêm relações e transações relevantes com partes relacionadas e, entre elas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente. As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia, sendo que os resultados poderiam ter sido diferentes, caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Intervenção em controlada

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 29 às demonstrações contábeis, a controlada Companhia Águas de Santo Antônio S.A. sofreu uma intervenção municipal (Poder Concedente) em 22 de fevereiro de 2016, a partir daquele momento a Companhia deixou de manter controle operacional sobre os ativos dessa controlada. A Administração da Companhia está discutindo administrativamente e judicialmente essa questão com o Poder Concedente, não sendo possível nesse momento a mensuração de eventuais efeitos econômicos e regulamentares sobre suas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Resposta da auditoria ao assunto de Análise de recuperação dos investimentos em contratos de concessão pública

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto de manutenção do registro do saldo do referido ativo, adotamos os seguintes procedimentos: (i) a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU), que no caso, são os contratos de concessão individualizados por investida da Companhia, por empresa independente contratada pela Companhia, mas baseando as suas avaliações em informações internas; (ii) Questionamos as principais premissas da Administração que foram utilizadas pela empresa especializada para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas; (iii) Análise da divulgação adequada desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Demonstrações individual e consolidada do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Londrina, 28 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 006853/F-9


Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - PR

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em Reais)

Ativo								Passivo e patrimônio líquido							
	Notas	Controladora			Consolidado			Notas	Controladora			Consolidado			
		2015	2014	2013	2015	2014	2013		2015	2014	2013	2015	2014	2013	
Circulante		55.788	91.535	12.307	105.159	65.363	11.855	Circulante		8.770	6.904	9.383	55.392	34.300	30.631
Caixa e equivalentes de caixa	4	644	19.479	986	5.012	20.294	2.535	Fornecedores		768	234	600	11.688	4.640	4.268
Clientes	5	524	268	40	35.905	5.211	5.417	Empréstimos e financiamentos	14	3	388	37	29.056	17.172	14.787
Créditos tributários	6	566	-	-	4.160	-	-	Pessoal a pagar	16	383	353	104	966	912	633
Estoques	7	-	-	-	5.862	-	-	Encargos sociais a pagar	16	261	106	94	1.801	1.065	652
Adiantamentos		334	1.218	134	1.060	6.463	134	Encargos tributários a pagar	15	292	221	146	8.328	4.514	2.211
Partes relacionadas	8	39.893	70.128	11.125	166	166	757	Impostos e contribuições parcelados	17	257	126	609	1.172	443	1.986
Títulos de valores mobiliários	9	13.818	-	-	47.244	32.397	-	Partes relacionadas	8	5386	100	2.427	40	134	692
Outros créditos		9	442	22	5.750	832	3.012	Outras contas a pagar	18	-	5.376	5.366	921	5.420	5.402
								Dividendos a pagar		1.420	-	-	1.420	-	-
Não circulante		136.301	57.292	24.746	208.268	169.602	103.557	Não circulante		20.419	16.310	5.286	81.137	70.830	62.397
Realizável a longo prazo		82.461	47.654	21.819	82.679	70.131	23.458	Empréstimos e financiamentos		688	-	-	64.782	60.168	53.391
Partes relacionadas	8	50.594	-	-	17.011	-	166	Impostos e contribuições parcelados	17	2.036	2.008	1.057	10.427	7.682	4.401
Títulos de valores mobiliários		-	-	-	15.672	15.268	3.173	Partes relacionadas	8	200	-	-	500	-	-
Créditos tributários	6	-	-	-	5.255	-	-	Provisões para perdas com investimentos		5.884	4.071	4.180	-	364	-
Outros créditos		-	15.787	21.819	2.436	14.010	20.119	Passivos associados a ativos mantidos para venda		11.352	10.185	-	42	164	-
Ativos destinados à venda	10	31.867	31.867	-	42.305	40.853	-	Provisões para Contingências	19	259	46	49	5.386	2.452	4.605
Investimentos	11	52.425	8.034	1.207	15.563	-	-	Patrimônio líquido		162.900	125.613	22.384	176.898	129.835	22.384
Imobilizado	12	1.415	1.604	1.720	16.209	8.162	2.491	Capital social	20	158.187	141.584	48.484	158.187	141.584	48.484
Intangível	13	-	-	-	93.817	91.309	77.608	Reservas		4.713	-	-	4.713	-	-
								Prejuízos acumulados		-	(15.971)	(26.100)	-	(15.971)	(26.100)
								Participação de não controladores		-	-	-	13.998	4.222	-
Total do ativo		192.089	148.827	37.053	313.427	234.965	115.412	Total do passivo e patrimônio líquido		192.089	148.827	37.053	313.427	234.965	115.412

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em Reais)

	Notas	Controladora			Consolidada		
		2015	2014	2013	2015	2014	2013
Receita operacional líquida	21	8.991	9.191	2.512	114.500	60.066	39.630
Receitas de Prestação de Serviços	21	9.503	9.714	2.672	116.465	51.588	-
Receita de Construção (Intangível))		-	-	-	10.729	11.500	-
Devoluções e Cancelamentos de Serviços		-	-	-	(4.381)	(545)	-
Impostos e Contribuições		(512)	(523)	(160)	(8.313)	(2.477)	-
Custo dos serviços prestados	22	(4.450)	(3.961)	(756)	(62.081)	(31.245)	(15.713)
Custos com Materiais e Insumos na Operação de Água E Esgoto		(928)	(395)	(168)	(29.533)	(4.646)	-
Mão de Obra na Operação		(2.389)	(2.163)	(487)	(10.566)	(5.590)	-
Custos com Serviços de Terceiros na Operação de Água e Esgoto		(1.133)	(1.403)	(101)	(6.159)	(4.604)	-
Amortização do Intangível e Depreciação do Imobilizado		-	-	-	(5.094)	(4.905)	-
Custos de Construção		-	-	-	(10.729)	(11.500)	-
Lucro bruto		4.541	5.230	1.756	52.419	28.821	23.917
Despesas/(receitas) operacionais		18.980	6.765	(12.080)	(7.754)	(5.790)	(21.059)
Despesas Gerais e Administrativas	23	(10.649)	(13.047)	(8.551)	(26.196)	(20.391)	(18.432)
Despesas Comerciais		(702)	-	(884)	(2.826)	(3.507)	(2.433)
Outras Receitas/Despesas	11.4.4	20.751	16.377	-	22.000	18.014	(194)
Resultado com Equivalência Patrimonial		9.580	3.435	(2.645)	(732)	94	-
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		23.521	11.995	(10.324)	44.665	23.031	2.858
Resultado financeiro		11	(865)	(121)	(13.453)	(10.227)	(11.810)
Despesas Financeiras	24	(408)	(866)	(218)	(19.410)	(15.880)	(12.663)
Receitas Financeiras	24	419	1	97	5.957	5.653	853
Lucro (Prejuízo) antes do IR/CS		23.532	11.130	(10.445)	31.212	12.804	(8.952)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(413)	(341)	(78)	(5.270)	(2.015)	(1.571)
(=) Lucro (prejuízo) do período		23.119	10.789	(10.523)	25.942	10.789	(10.523)
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda líquido de imposto		(1.167)	(660)	-	(1.394)	(789)	-
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		21.952	10.129	(10.523)	24.548	10.000	(10.523)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período		21.952	10.129	(10.523)	24.548	10.000	(10.523)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		-	-	-	-	-	-
Atribuído a Sócios Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por Ação - (Reais / Ação)		0,1388	0,0715	(0,2170)	0,1552	0,0706	(0,2170)
Lucro Básico por Ação		0,1388	0,0715	(0,2170)	0,1552	0,0706	(0,2170)
ON		0,1388	0,0715	(0,2170)	0,1552	0,0706	(0,2170)
Lucro Diluído por Ação		0,1388	0,0715	(0,2170)	0,1552	0,0706	(0,2170)
ON		0,1388	0,0715	(0,2170)	0,1552	0,0706	(0,2170)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em Reais)

	Controladora			Consolidada		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Lucro Líquido Consolidado do Período	21.952	10.129	(10.523)	24.548	10.000	(10.523)
Lucro Líquido do período	21.952	10.129	(10.523)	24.548	10.000	(10.523)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>21.952</u>	<u>10.129</u>	<u>(10.523)</u>	<u>24.548</u>	<u>10.000</u>	<u>(10.523)</u>
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	<u>21.952</u>	<u>10.129</u>	<u>10.129</u>	<u>24.548</u>	<u>10.000</u>	<u>(10.523)</u>
Atribuído a Sócios Não Controladores						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Reais)

	Consolidada						
	Controladora				Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	100	1.502	690	(16.267)	(13.975)	767	(13.208)
Aumento de capital	48.384	(1.502)	-	-	46.882	-	46.882
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	(767)	(767)
Absorção da reserva legal	-	-	(690)	690	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	-	-	-	(10.523)	(10.523)	-	(10.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	48.484	-	-	(26.100)	22.384	-	22.384
Aumento de capital	93.100	-	-	-	93.100	-	93.100
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	4.351	4.351
Absorção da reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido/(Prejuízo) do exercício	-	-	-	10.129	10.129	(129)	10.000
Saldos em 31 de dezembro de 2014	141.584	-	-	(15.971)	125.613	4.222	129.835
Aumento de capital	16.603	152	-	-	16.755	-	16.755
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	7.180	7.180
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	-	-	21.952	-	21.952	2.596	24.548
Compensação de Prejuízos	-	-	(15.971)	15.971	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	(299)	299	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	(1.420)	-	(1.420)	-	(1.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	158.187	152	4.261	299	162.900	13.998	176.898

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em Reais)

	Controladora			Consolidada		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	21.952	10.129	(10.523)	24.548	10.000	(10.523)
Ajustes p/reconciliar o resultado exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais	(6.089)	(8.676)	(6.962)	42.537	10.626	7.509
Depreciação e amortização	223	263	215	8.830	5.245	3.903
Provisão para contingências	212	(3)	34	2.934	(2.153)	449
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	115	89	46	12.050	11.712	11.633
Juros apropriados sobre debêntures	-	-	-	10.620	1.695	-
Juros apropriados sobre parcelamentos	471	-	-	471	1.619	-
Rendimento sobre créditos de cédulas imobiliárias	-	-	-	-	(2.689)	-
Rendimento sobre títulos de dívidas	-	-	-	(438)	(1.640)	-
Rendimento sobre aplicação financeira	-	-	-	-	(531)	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	1.912	3.050	1.248
Impostos diferidos	-	-	-	865	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(9.580)	(3.435)	2.645	-	(94)	-
Compra vantajosa sobre aquisição de ativo classificado como mantido para venda	(20.649)	(16.377)	-	(20.649)	(16.377)	-
Prejuízo do exercício proveniente do ativo mantido para venda	1.167	660	-	1.394	789	-
Resultado com outros investimentos	-	(2)	621	-	-	799
Variação nos Ativos e Passivos	(2.434)	(1.284)	(61)	(42.820)	(3.718)	(929)
(Aumento)/Redução nos ativos						
Contas a receber	(256)	(228)	(40)	(32.606)	(2.844)	(1.764)
Demais contas a receber	3.286	(1.504)	165	(1.382)	(4.295)	(2.490)
Créditos tributários	(566)	-	-	(10.280)	-	-
Estoques	-	-	-	(5.862)	-	-
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	(1.452)	(92)	-
(Aumento)/Redução nos passivos						
Fornecedores	534	(366)	287	7.048	372	2.966
Encargos tributários a Pagar	71	548	(303)	3.814	2.422	4
Salários e encargos sociais a pagar	185	256	(153)	790	692	377
Impostos e contribuições parcelados	(312)	-	-	3.003	-	-
Demais contas a pagar	(5.376)	10	(17)	(5.893)	18	(22)
Dividendos a Pagar	-	-	-	-	-	-
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	-	-	-	9	-
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	(8.523)	(9.960)	(7.023)	(283)	6.908	6.580
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(34)	(147)	(1.446)	(19.385)	(20.670)	(11.311)
Aquisição de títulos de dívidas	-	-	-	-	(10.485)	-
Aquisição de cédulas de créditos imobiliários	-	-	-	-	(29.000)	-
Adiantamentos para futuras aquisições de investimentos	-	6.032	(20.119)	-	6.109	(20.119)
Caixa líquido de aquisição de companhias	-	-	-	-	(2.166)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos do ativo classificado como mantido para venda	-	-	-	-	2.249	-
Aquisição de ativo classificado como mantido para venda Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	-	(5.965)	-	-	(25.101)	-
Aquisição da controlada Conasa SPE S.A.	-	-	(1.700)	-	-	-
Aquisição da controlada Sanetrat Saneamento S.A.	-	-	-	-	-	-
Aquisição de investimento na coligada SC Parcerias - Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	-
Aquisição de investimento na coligada Urbeluz Energética S.A.	-	-	-	-	-	-
Aquisição de nova controlada	-	(199)	-	-	-	-
Aquisição de investimentos em empresas coligadas	(12.349)	(3.300)	-	4.722	(3.490)	-
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(12.383)	(3.579)	(23.265)	(14.663)	(82.554)	(31.430)
Terceiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	188	262	(379)	(7.666)	(4.245)	(14.071)
Acionistas						
Empréstimos entre partes relacionadas	(14.872)	(61.330)	(15.318)	(16.605)	199	(6.832)
Participação de não controladores	-	-	-	7.180	4.351	272
Adiantamento para futuro aumento de capital	152	-	-	152	-	-
Aumento do capital social	16.603	93.100	46.882	16.603	93.100	46.882
Caixa Líquido usado nas Atividades de financiamento	2.071	32.032	31.185	(336)	93.405	26.251
Aumento/(decrécimo) Líquido no Saldo de Caixa	(18.835)	18.493	897	(15.282)	17.759	1.401
Caixa e equivalente de caixa						
Composição do Caixa Inicial	19.479	986	89	20.294	2.535	1.134
Composição do Caixa Final	644	19.479	986	5.012	20.294	2.535

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Receitas	9.503	9.714	2.672	120.417	63.088	41.568
Receitas de prestação de serviços	9.503	9.714	2.672	120.417	63.088	41.568
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa						
Insumos adquiridos de terceiros	(10.880)	(12.853)	(7.890)	(56.995)	(35.254)	(26.426)
Custos, materiais, energia, serviços e outros	(10.880)	(12.853)	(7.890)	(56.995)	(35.254)	(26.426)
Valor adicionado bruto	(1.377)	(3.139)	(5.218)	63.422	27.834	15.142
Depreciação e amortização	(222)	(263)	(215)	(6.104)	(5.245)	(3.903)
Valor adicionado líquido produzido	(1.599)	(3.402)	(5.433)	57.318	22.589	11.239
Valor adicionado recebido em transferência	29.582	19.315	(3.177)	14.364	17.505	853
Receitas financeiras	419	162	97	1.077	5.299	758
Equivalência Patrimonial	9.580	3.435	(2.645)	732	94	-
Outros	19.583	15.718	(629)	12.555	12.112	95
Valor adicionado total a distribuir	27.983	15.913	(8.610)	71.682	40.094	12.092
Distribuição do valor adicionado	27.983	26.042	(19.133)	71.682	40.094	12.092
Pessoal	4.698	3.892	1.457	17.862	10.036	6.791
Remuneração direta e benefícios	4.698	3.892	1.457	17.862	10.036	6.791
Impostos, taxas e contribuições	925	865	238	8.313	2.477	1.798
Impostos, taxas e contribuições	925	865	238	2.477	1.798	1.798
Remuneração de capitais de terceiros	408	11.156	(10.305)	20.959	17.581	14.026
Juros	383	687	209	14.074	15.026	12.083
Aluguéis	-	-	-	1.549	1.701	1.363
Outras	25	340	9	5.336	854	580
Valor adicionado Retido	21.952	10.129	(10.523)	24.548	10.000	(10.523)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Conasa Infraestrutura S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2007 e tem por objeto social a) Participação como sócia, acionista ou cotista, em sociedades, empresárias ou civis, e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades, com foco em infraestrutura; b) Prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral, em obra própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; c) Elaboração de projetos, assessoria e consultoria; d) Prestação de qualquer serviço e/ou a comercialização de produtos e equipamentos relacionados as suas atividades principais; e e) Locação de máquinas, equipamentos e veículos.

1.1. Planos da Administração

A Companhia está promovendo uma reestruturação completa, desde 2013. As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme inciso VIII do artigo 1º do Anexo 3 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, dentro de um planejamento da Administração para registro das ações da Companhia na Categoria A na Comissão de Valores Mobiliários e respectivo pedido de listagem no segmento BOVESPA MAIS.

Durante os exercícios de 2013 a 2015, a Companhia recebeu montantes significativos de aportes de capital injetados pelo acionista, com objetivo de reforçar o capital de giro e efetuar a aquisição de investimentos com foco em infraestrutura e saneamento. O retorno para a Companhia ocorrerá por meio dos resultados positivos destes investimentos e recebimento de dividendos. Além das sociedades de propósito específico detidas pela Companhia, sendo a Companhia Águas de Itapema ("Águas de Itapema"), Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio"), Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat") e aquisição da Sanesalto Saneamento S.A. ("Sanesalto"), foram realizados os investimentos nas empresas Urbeluz Energética S.A. ("Urbeluz"), Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. ("Sanesul") e Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. ("Envimax"), empresas que atuam no setor de iluminação pública e saneamento, além de investimentos indiretos nas empresas Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete") e na Caraguá Luz S.A. - SPE ("Caraguá Luz").

Em 2015, os acionistas aumentaram o capital social de R\$ 141.584 para R\$ 158.187, como uma forma de proporcionar à Companhia, oportunidade de captar novos recursos para o desenvolvimento de suas atividades, bem como suprir, se necessário, o capital giro de suas investidas, em especial a controlada Águas de Santo Antônio S.A. que apresenta capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo findo em 31 de dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 1.994 e R\$ 5.218, respectivamente. Os planos da Administração da controlada estão baseados no plano de negócio que prevê fase de investimentos e retorno financeiro da concessão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a reapresentação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 28 de março de 2017, conforme inciso VIII do artigo 1º do Anexo 3 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

3. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

3.1. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações contábeis da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia que foram preparadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Resolução CFC e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Contudo, não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por esta razão, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

3.3. Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Visando aprimorar as divulgações das demonstrações contábeis da Companhia, e atender ao ofício da CVM, Administração decidiu reapresentar as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, decorrente das alterações nas notas explicativas: combinações de negócio, ativo não circulante mantido para venda, transações com partes relacionadas, contingências e eventos subsequentes.

3.4. Base de Consolidação

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações contábeis de controladas e investidas coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As empresas investidas nessas demonstrações contábeis estão apresentadas da seguinte forma:

	Participação acionária	
	2015	2014
Controladas		
Aguas de Santo Antonio S.A.	100,00%	100,00%
Companhia Aguas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A. (*)	50,00%	-
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	83,70%	83,70%
Coligadas		
Urbeluz Energética S.A. (*)		18,37%
Sanesalto Saneamento S.A. (**)	48,08%	-
SC Parcerias Ambiental S.A. (**)	0,00%	48,99%

(*) A Urbeluz Energética S.A. passou de coligada para controlada em 05/01/2015, quando a Conasa adquiriu de 31,63% das ações totalizando 50% de participação, e com a assinatura de acordo de ações passou a ter o controle da administração;

(**) A SC parcerias Ambiental S.A. foi baixada em 19/06/2015 perante o órgão da Receita Federal, consequentemente foram registrados para perdas com investimentos o valor de 147 mil (cento e quarenta e sete mil reais);

(***) Em 30 de outubro de 2015 foram transferidas à Companhia os direitos relativos à 961.576 ações, equivalente à 48,08% do capital votante da Sanesalto Saneamento S.A. Não há controle sobre tal investida.

3.4.1. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.5. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em milhares de reais.

3.6. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.6.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receitas

Receita de Produtos e Serviços:

As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção:

De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas.

É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

Receitas e despesas financeiras

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.6.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- a) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de impairment para esses instrumentos financeiros.

3.6.3. Ativo circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos das "contas a receber" envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

Adiantamentos para investimentos

Os adiantamentos para investimentos compreendem os valores transferidos para as empresas cuja Companhia demonstra interesse em adquirir participações em capitais. Essas transferências realizadas são feitas após uma avaliação sobre o aspecto financeiro, patrimonial e societário de cada companhia. Essas futuras aquisições são firmadas através de compra e venda ou até mesmo de cessão de direitos de outras companhias. São investimentos que fazem parte das atividades secundárias da Companhia e também uma forma da mesma captar novos negócios para o desenvolvimento de suas atividades.

Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição e/ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a entidade e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

Intangível

A Companhia controladora não possui um registro no ativo intangível, pois é uma obrigação apenas em contrato de concessão das controladas.

Os ativos intangíveis destacados nas empresas controladas referem-se aos ativos dos objetos dos contratos de concessão, são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia e reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidos de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

A companhia reconhece um ativo intangível, à medida que recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados a utilização do serviço público conforme ICPC 01.

Perda no valor recuperável (impairment)

Na data de cada fechamento anual das demonstrações contábeis, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment).

Método de equivalência Patrimonial

De acordo com este método, as participações societárias sobre os investimentos em empresas coligadas e em empresas controladas, são reconhecidas no balanço patrimonial pelo método de equivalência patrimonial e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos deste em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações societárias poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment).

Os ganhos e perdas em transações com estas empresas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento nessa empresa. As perdas, em excesso ao investimento efetuado nestas empresas, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Todos os investimentos são ajustados às mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, de forma a apresentar demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes.

3.6.4. Passivo circulante e não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e suas controladas optaram pela apuração do Lucro presumido, exceto a Sanesul e Urbeluz, que optaram pelo regime de Lucro Real, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre a receita bruta auferida em cada trimestre, acrescido de outras receitas, rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa, variável e ganhos de capital que também compõem a base de cálculo dos impostos e contribuição em cada trimestre determinado pelo regime de competência.

Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.6.5. Contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente.

A companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, e eventualmente parte do valor para um ativo financeiro quando a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

A Companhia, possui diretrizes contratuais, que exigem que investimentos sejam efetuados em suas infraestruturas, como garantia de prestação de serviços de qualidade. Os bens construídos dentro dos contratos de concessão, são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear, de acordo com dos contratos, ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

A Lei 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

3.6.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.6.7. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.7. Combinação de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como 'Ganho de barganha'.

3.8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27/IAS 16 e CPC 29/IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29/ IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não possui nenhuma planta produtiva.

IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil)

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)
O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 - Income taxes (CPC 32 - Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- -Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas;
- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28);
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e saldos em conta corrente	191	6	1.108	229
Aplicação liquidez imediata (a)	453	19.473	3.904	20.065
	<u>644</u>	<u>19.479</u>	<u>5.012</u>	<u>20.294</u>

(a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2015 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI.

5. Contas a receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber de clientes	-	-	21,692	293
Contas a receber de partes relacionadas	524	268	-	-
Carteira de clientes a ser amortizada em curto prazo (mais valia)	-	-	9,675	-
Contas a receber de consumidores	-	-	9,039	12,715
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4,501)	(7,797)
	<u>524</u>	<u>268</u>	<u>35,905</u>	<u>5,211</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia registra perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, exceto na companhia Urbeluz, que possui saldos a receber do poder público, no qual existem expectativas de recebimento no curto prazo. A PECLD tem representatividade apenas na Companhia Águas de Itapema S.A. e Águas de Santo Antônio S.A. Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	524	268	21.376	3.263
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	4.292	811
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	274	313
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	1.799	824
Vencidos acima de 180 dias	-	-	12.665	7.797
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.501)	(7.797)
	<u>524</u>	<u>268</u>	<u>35.905</u>	<u>5.211</u>

6. Créditos Tributários

Os créditos tributários apresentados no ativo consolidado referem-se, substancialmente, à controlada Urbeluz Energética S.A. no montante de R\$ 4.160 em impostos a recuperar no ativo circulante, e no ativo não circulante o montante de R\$ 5.255 que se referem a Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas Alegrete RJ Participações e na Caraguá Luz S.A.- SPE. Para determinadas controladas foi também reconhecido saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante:

	2015	
	Controladora	Consolidado
Ativo Circulante	566	4,160
Ativo Não Circulante	-	5,255
	<u>566</u>	<u>9,415</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

Os estoques apresentados nas demonstrações consolidadas são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A. e Urbeluz Energética S.A., representados por materiais a serem empregados nas operações decorrentes dos contratos de concessão.

	Consolidado
	2015
Companhia Aguas de Itapema	2,187
Urbeluz Energética S.A.	3,675
	5,862

Os estoques estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda nos estoques e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo custo recuperável do ativo.

8. Transações com partes relacionadas

8.1. Composição

Relação	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo circulante				
Contas a receber:				
Companhia Aguas de Itapema	414	-	-	-
Aguas de Santo Antonio S.A.	110	268	-	-
	524	268	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)				
Sanetrat Saneamento S.A. (a)	39,335	35,584	-	-
Aguas de Santo Antonio S.A.	558	358	-	-
Companhia Aguas de Itapema (b)	-	19,401	-	-
Sanesul Construtora Saneamento Sul S.A. (c)	-	14,785	-	-
Consórcio Construtor Catarinense	-	-	166	166
	39,893	70,128	166	166
	40,417	70,396	166	166
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)				
Companhia Aguas de Itapema (b)	20,118	-	-	-
Urbeluz Energética S.A. (e)	4,647	-	-	-
Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações (g)	-	-	11,846	-
Sanesul Construtora Saneamento Sul S.A. (e) (f)	17,754	-	1,649	-
Envimax Consultoria (c) (e)	3,516	-	3,516	-
Sanesalto Saneamento S.A.	1,937	-	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	1,700	-	-	-
Conasa-SPE	922	-	-	-
	50,594	-	17,011	-
	91,011	70,396	17,177	166

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Relação	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Passivo circulante					
Mútuos a pagar					
Sanesalto Saneamento S.A.	Controlada	5,386	100	-	-
GPI Participações e Investimentos	Outras	-	-	40	134
		<u>5,386</u>	<u>100</u>	<u>40</u>	<u>134</u>
Passivo não circulante					
Mútuos a pagar					
Infra Asset Management	Outras	-	-	200	-
GPI Participações e Investimentos	Outras	200	-	-	-
Outras partes relacionadas	Outras	-	-	300	-
		<u>200</u>	<u>-</u>	<u>500</u>	<u>-</u>
		<u>5,586</u>	<u>100</u>	<u>540</u>	<u>134</u>

- (a) Em 28 de julho de 2016 o saldo demonstrado foi convertido em capital social na respectiva controlada, no montante de R\$ 40.548;
- (b) A Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital na Controlada, cujo recursos foram destinados a execução dos investimentos previstos no contrato de concessão da Águas de Itapema. Em 04 de julho de 2016, firmaram acordo de acionistas, cujo objeto é a conversão do saldo demonstrado em Debêntures, com vencimento para 02 de julho de 2.029, incluindo juros de 12% a.a. e atualização monetária pelo IPCA. Como em 31 de dezembro de 2016, esta operação estava em negociação, a Administração decidiu reclassificar este mútuo para o ativo não circulante;
- (c) Em janeiro de 2016, a Envimax Consultoria e Serviços Ltda. fora adquirida pela CONASA, e o respectivo montante transferido para a rubrica de Investimentos;
- (d) Os principais saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos de infraestrutura de expansões e de adequações da estrutura atual com o fim de melhoria do serviço público. Cabe mencionar, que o grupo econômico em virtude da gestão centralizada do caixa, não tem como prática interna a remuneração sobre estes adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações;
- (e) Os saldos residuais das informações consolidadas são referentes partes relacionadas que não fazem parte da presente consolidação, dessa forma não foram eliminados;
- (f) Os aportes realizados a Sanesul destinaram ao investimento na concessão da Águas de Meriti Ltda., e deverá ser convertido em capital em períodos subsequentes;
- (g) Em 01 de setembro de 2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, o vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, 6 de março de 2017 a Controlada ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado. Segundo nossos assessores jurídicos a probabilidade êxito no processo é provável.

8.2. Avaliação do valor recuperável

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do Plano de Negócios de todas as companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados na concessão ou parcerias público-privadas (PPP). Até o momento, não identificaram quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.3. Remuneração dos administradores

Durante os exercícios de 2014 e 2015 não houveram despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, pois os Administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração anua.

A partir do exercício de 2017, a Assembleia Geral definiu remuneração aos administradores, somando R\$ 1.320.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

9. Títulos de valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Conasa (Debentures Sanesalto) (d)	13.818	-	13.817	-
Conasa-SPE (Debentures Sanesalto) (a)	-	-	1.738	708
Sanetrat (Cedula crédito imobiliário) (b)	-	-	31.689	31.689
	<u>13.818</u>	<u>-</u>	<u>47.244</u>	<u>32.397</u>
Ativo não circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Conasa-SPE (Debentures Sanesalto) (a)	-	-	11.410	11.417
Aguas de Itapema - Reserva CCB (c)	-	-	3.981	3.596
Aguas de Santo Antônio - Reserva CCB (c)	-	-	281	255
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.672</u>	<u>15.268</u>

Os valores registrados na conta títulos de valores mobiliários contemplam debêntures a receber de coligadas e cédulas de créditos, conforme segue:

- (a) A controlada Conasa SPE S.A., adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. Será amortizado em 120 parcelas mensais, e o primeiro vencimento será dia 26 de junho de 2015 e o último vencimento 26 de maio de 2025. Da mesma forma em 28/12/2015 a Conasa adquiriu debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A.;
- (b) A controlada Sanetrat Saneamento S.A. em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. - BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário- CCI nº 0001 e 0002 a Sanetrat.

A Sanetrat adquiriu estas CCI's pelo montante de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente.

Estas CCI's são oriundas do "Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Ativos e Outras Avenças - Contrato de arrendamento", firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A., os imóveis arrendados foram:

A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT.

Como garantia da operação, foi firmado Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, posteriormente aditado ("em conjunto, "Alienação Fiduciária"), estando ambos devidamente registrados na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT ("Imóvel").

Em relação à Alienação Fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor global das duas CCI's cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado pelo valor total de R\$ 53.008.

A obrigação de pagamento das parcelas do crédito, nos termos das cédulas de créditos imobiliário cedidas e transferidas, de forma onerosa, à Sanetrat, caberia à Marfrig, diretamente (sendo as Emissoras devedoras solidárias), uma vez notificada esta empresa, da cessão dos créditos do arrendamento, o que foi feito.

Existe Ação de Falência que determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somam cerca de R\$ 30 milhões e se caracterizam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio ("ACC"), valor que será quitado, portanto, em cerca de 30 meses.

A despeito da discussão que está sendo travada nos autos da Ação de Falência, entendemos que é praticamente certo o ganho processual da ação por parte da Sanetrat, em curto prazo, dado que o contrato foi pautado pela boa-fé da Sanetrat e atende a todos os requisitos de legalidade previstos pela legislação de regência.

Alguns argumentos fortalecem o entendimento acima referido:

- (i) O imóvel que garante o pagamento das obrigações com a massa falida é o imóvel de Itupeva-SP, também adquirido pela Vênus na Ação de Falência e hipotecado por esta para fazer frente às obrigações de quitação dos créditos em aberto. Caso a Brazal não cumpra o pagamento, a Ação de Falência poderá levar a planta de Itupeva-SP à leilão;
- (ii) A despeito de ter sido arrolado posteriormente, especialmente para garantia de pagamento dos ACCs, foi transferido, por determinação judicial, definitivamente transferido à Brasil Food Service Group S.A. antes da emissão das CCIs e celebração do contrato de alienação fiduciária em garantia;
- (iii) As CCIs foram emitidas em 30/05/2014 e 05/08/2014, respectivamente, sendo garantidas pela Alienação Fiduciária em Garantia de Bem Imóvel, devidamente registrada na Matrícula nº 12.342, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina/MT; (iv) o bloqueio judicial existente na matrícula deste imóvel foi desconstituído por meio de decisão judicial, nos autos do processo de falência, em 13/11/2014 e
- (iv) A alienação fiduciária atende a todos os requisitos e validade e legalidade, não podendo ser desconsiderada, aliada à boa-fé da Sanetrat quando realizou a operação.

Por fim, independentemente de qualquer imbróglio judicial, a Marfrig apresentou nos autos da Falência em referência, Carta de Intenção de aquisição das unidades industriais localizadas nas cidades de Itupeva/SP e Nova Xavantina/MT, "condicionada à expressa anuência do credor fiduciário" (Sanetrat), o que garante e reforça, em última hipótese, o posicionamento desta Companhia no sentido de é praticamente certa a realização de tal ativo.

A expectativa da Administração, em análise conjunta de seus assessores jurídicos, é de solução nos autos e alienação das unidades industriais à Marfrig, conforme proposta, ainda no exercício de 2017. Neste caso, a Sanetrat irá exercer o direito de resgate antecipado previsto na Cláusula 12 da CCI.

- (c) As controladas "Companhia Águas de Itapema" e "Águas de Santo Antônio S.A.", possuem aplicações financeiras, que são garantias aos contratos de empréstimos junto a instituições financeiras.
- (d) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no importe total de R\$ 13.818, de emissão de sua coligada Sanesalto Saneamento S.A. A estimativa da Administração é alienar tais investimentos nos próximos 12 meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo não circulante classificado como mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração em razão da existência de empenho com o propósito de venda da participação na Sanesul reclassificou o valor contábil do investimento para "Ativo não circulante classificado como mantido para venda".

A seguir são demonstrados o balanço patrimonial e o resultado do exercício do ativo classificado como mantido para venda.

(a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Consolidado

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	55	54
Demais contas a receber	4	27
Ativos circulantes classificados como ativo mantido para venda	59	81
Investimentos	4.173	2.599
Imobilizado	-	93
Intangível	-	7
Ativos não circulantes classificados como ativo mantido para venda	4.173	2.699
Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti	38.073	38.073
Ativo classificado como ativo mantido para venda (Consolidado)	<u>42.305</u>	<u>40.853</u>
Fornecedores	1	5
Obrigações fiscais	-	45
Demais contas a pagar	41	114
Passivos circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	42	164
Partes relacionadas	17.754	14.785
Passivos não circulantes associados diretamente a ativo mantido para venda	17.754	14.785
(-) Eliminação de partes relacionadas	(17.754)	(14.785)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda (Consolidado)	<u>42</u>	<u>164</u>

Controladora

	2015	2014
Ativos Adquiridos	42.305	40.853
(-) Passivos Adquiridos	(42)	(164)
Ativos e passivos líquidos adquiridos	42.263	40.689
(-) Participação de não controladores	(3.996)	(4.222)
(-) Partes relacionadas	(17.754)	(14.785)
(-) Expectativa de valor justo da empresa Águas de Meriti - Participação Conasa 83,70%	(31.867)	(31.867)
Passivos diretamente associados a ativos classificado como mantidos para venda (Controladora)	<u>(11.354)</u>	<u>(10.185)</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(241)	(773)
Outras receitas/despesas	(82)	-
Despesas financeiras	(21)	(17)
Receitas financeiras	125	1
Equivalência patrimonial	(1.175)	-
Prejuízo do exercício de operação descontinuada (Consolidado)	<u>(1.394)</u>	<u>(789)</u>
(-) Participação de não controladores	227	129
Prejuízo do exercício de operação descontinuada (Controladora)	<u>(1.167)</u>	<u>(660)</u>

(c) Demonstração do fluxo de caixa findos em 31 de dezembro de 2015

	2015	2014
Resultado do exercício	<u>(1.394)</u>	<u>(789)</u>
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	13	6
Baixa de Ativos Imobilizados	87	-
	<u>(1.294)</u>	<u>(783)</u>
Atividades operacionais		
(Aumento)/redução nos ativos	23	92
Aumento/(redução) nos passivos	(122)	(9)
Caixa Líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(1.393)</u>	<u>(700)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aquisição de investimento	(1.574)	(2.250)
Alienação do imobilizado		1
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.968	2.995
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>1.394</u>	<u>746</u>
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1</u>	<u>46</u>
Caixa e equivalente de caixa - Início do período	54	8
Caixa e equivalente de caixa - Final do exercício	55	54
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1</u>	<u>46</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

11.1. Composição dos investimentos

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
		Patrimônio líquido da investida (*)		Patrimônio líquido da investida (*)		
		Investimento		Investimento		
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema	100%	11.868	11.868	100%	2.133	2.133
Sanetrat Saneamento S.A.	100%	1.967	1.967	100%	1.954	1.954
Urbeluz Energética S.A.	50%	16.352	8.176	18,37%	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	49%	(15.839)	(7.761)	-	-	-
		14.348	14.250	-	4.087	4.087
Mais valia						
Sanesalto Saneamento S.A.	48,08%	-	24.973	-	-	-
Urbeluz Energética S.A.	50%	-	13.202	18,37%	-	-
		-	38.175	-	-	-
Ágio						
Urbeluz Energética S.A.		-	-	18,37%	-	3.947
		-	-	-	-	3.947
		14.348	52.425	-	4.087	8.034
Perda com investimentos (passivo)						
Urbeluz Energética S.A.	50%	-	-	18,37%	(1.174)	(216)
Conasa SPE S.A.	100%	(668)	(668)	100%	(123)	(123)
SC Parcerias - Ambiental S.A.	-	-	-	49%	(298)	(148)
Águas de Santo Antonio S.A.	100%	(5.216)	(5.216)	100%	(3.584)	(3.584)
		(5.884)	(5.884)	-	(5.179)	(4.071)
Saldo líquido de investimento		-	46.541	-	-	3.963

(*) Desconsiderados os saldos de adiantamentos para futuro aumento de capital dos patrimônios líquidos das Companhias.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da adquirida. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da coligada, não sendo ativo intangível seu. No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

11.2. Contexto operacional das controladas e coligadas

11.2.1. Companhia Águas de Itapema (“Águas de Itapema”)

A Companhia Águas de Itapema “Companhia” é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, em regime de concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil com sede a Av. Marginal Leste, 5, na cidade de Itapema. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão que era de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de julho de 2004, foi prorrogado para 480 meses (40 anos), conforme contrato de prorrogação de prazo firmado em 04/12/2015. Com a prorrogação contratual a Companhia juntamente com a Prefeitura Municipal assinou aditivo contratual que prevê investimentos de aproximadamente R\$ 504 milhões nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais. O sistema de água receberá aporte de R\$ 149,9 milhões, e o de esgoto, R\$ 353,9 milhões. Para o sistema de água estão previstos o aumento da reservação de água bruta e de água tratada, implantação de novas adutoras e redes de distribuição, aumento da capacidade de tratamento de água nas estações, substituição de hidrômetros, controle de perdas, entre outros, com o objetivo de garantir o abastecimento de água nas temporadas de veraneio. A Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a Construtora Nascimento Ltda. e Linear Participações e Incorporações Ltda. ambas denominadas vendedoras e acionistas da investida, a Conasa adquiriu 100% das ações destes acionistas, o equivalente a 4.049.731 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, pelo montante de R\$ 696, passando a ter o controle total da Companhia.

Em 2013, 2014 e 2015, não houve alterações societárias envolvendo as companhias.

11.2.2. Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio")

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, sob regime de concessão a realização dos serviços de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, e foi constituída em 30 de abril de 2004, sobre o regime de sociedade simples limitada.

O prazo de concessão é de 360 meses (30 anos), e a Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em 15 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu 96% da participação do capital social das Águas de Santo Antônio, o equivalente a 960 quotas no montante de R\$ 96.

Através de Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada no dia 12 de maio de 2008, a Águas de Santo Antônio se tornou uma companhia de sociedade por ações de capital fechado.

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a GPI Participações e Investimentos S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e a União Participações e Investimentos S.A. ambas denominadas vendedoras e acionistas de Águas de Santo Antônio. A Companhia adquiriu a participação restante de 4%, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, passando a deter 100% das ações. Em 2013, 2014 e 2015, não houve alterações societárias envolvendo as companhias.

11.2.3. Sanesalto Saneamento S.A.

A Sanesalto Saneamento S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 06 de novembro de 1996, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP, com prazo de vencimento em 2032, incluindo reajustes anuais de tarifa com base em uma cesta de moedas. Compõe os serviços da concessionária:

- a) Implantação, Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos("ETE");
- b) Implantação de redes coletoras e estações elevatórias complementares ao sistema de esgotamento sanitário do município;
- c) Gestão do sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como arrecadação.

Em operação desde agosto de 2007, a Estação de Tratamento de Esgoto da Sanesalto trata atualmente cerca de 96% do esgoto coletado, equivalente a 91% do esgoto gerado no município.

A CONASA firmou contrato de compra e venda de ações com a GPI Participações e Investimentos S.A. para aquisição de 98,2% das ações da Sanesalto em 30 de maio de 2012. Naquele momento, constavam como condições suspensivas: (i) aprovação do poder concedente para troca de controle e (ii) aprovação dos debenturistas da 2ª emissão da Sanesalto. A condição suspensiva constante do item ii acima não foi sobreposta.

Em 30 de maio de 2015, a CONASA adquiriu 49% das ações, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, de modo a não transferir o controle, e firmou compromisso de cessão a termo dos 51% restantes. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures.

11.2.4. Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat")

A companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 1 de setembro de 2006, o objeto social é a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento, o beneficiamento e a disposição final de resíduos de qualquer natureza, especialmente industriais e o investimento e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a GPI Participações e Investimentos S.A. denominada vendedora e acionista, a Conasa adquiriu 100% das ações deste acionista, o equivalente a 63% do capital social da Sanetrat, 63.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, pelo montante de R\$ 834. Em 30 de maio de 2013, a Conasa adquiriu as 37.000 ações ordinárias restantes, da Araújo de Araújo Consultoria em Saneamento Básico, por R\$ 284. Em 2014 e 2015, não houve alterações societárias envolvendo a companhia.

11.2.5. Urbeluz Energética S.A. ("Urbeluz")

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia adquiriu da Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - Cobrapar, 18,37% do capital social da Urbeluz Energética S.A., o equivalente a 1.442.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 3.300.

Em virtude do patrimônio líquido negativo da investida na data da aquisição, a operação gerou um ágio de R\$ 3.947, fundamentado em rentabilidade futura do próprio negócio da Urbeluz e das suas controladas Alegrete RJ Participações e Caragua Luz S.A. - SPE.

a) A Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete") é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2013, a sua sede está localizada na rua Cleber Santos de Carvalho, 22, Lojas 201, 203, 205 e 207, Vilar dos Teles, CEP 25576-261, no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

Alegrete tem por objetivo a gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa firmado com o Município de São João do Meriti, firmado em 08 de agosto de 2014, e com início de suas atividades.

O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos contados a partir da data do efetivo início da execução da ampliação e dos serviços de operação e manutenção.

Alegrete receberá mensalmente a título de contraprestação pecuniária o montante de R\$ 1.556, e o valor estimado pelo prazo de 25 anos o montante total de R\$ 466.830. Os valores das contraprestações são corrigidos anualmente pela IGP-M (Índice geral de preços do mercado).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) A Caragua Luz S.A. ("Caragua") é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída em 30 de abril de 2015.

Caragua foi criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

Para execução do objeto do contrato de concessão Caragua, fara jus a uma prestação pecuniária (contraprestação mensal efetiva) dividida em duas parcelas uma variável correspondente a 10% do total e outra fixa correspondente a 90% do total.

A investida Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 08 maio de 1995 e especializada em gestão de iluminação pública, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, no planejamento e na execução de projetos que visam o gerenciamento e o uso racional de energia elétrica.

Em 05 de janeiro de 2015 por meio da décima sétima assembleia geral extraordinária, os acionistas decidiram aumentarem o capital social da Companhia em R\$ 12.200 mil com o AFAC oriundo da CONASA, desta forma esta ficou 50% das ações da companhia.

A seguir, demonstramos como ficou a composição acionária da companhia em 31 de dezembro de 2015:

URBELUZ ENERGÉTICA S/A	AÇÕES	%
Conasa Companhia Nacional de Saneamento	5.741.489	50,00
Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - COPRAPAR	4.956.535	43,16
Wilson Soares dos Santos	785.054	6,84
Outros	3	0,00003
	<u>11.483.081</u>	<u>100,00%</u>

Também em 05 de janeiro de 2015 a CONASA assinou o acordo de acionistas com o Sr. Wilson Soares dos Santos que detém 6,84%, tendo como objeto principal o exercício do direito de voto, bem como passando para a CONASA o exercício de direito de administração da companhia.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética.

11.2.6. Conasa SPE S.A.

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 09 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

11.3. Movimentação dos investimentos

	Controladora						Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Transferência	Aquisição	Mais valia	Equivalência patrimonial do exercício	Baixa	
Investimentos (ativo)							
Águas de Itapema	2.133	-	-	-	9.735	-	11.868
Sanetrat	1.954	-	-	-	13	-	1.967
Urbeluz	-	(216)	5.648	-	2.744	-	8.176
Sanesalto	-	-	(7.029)	-	(732)	-	(7.761)
	4.087	(216)	(1.381)	-	11.760	-	14.250
Mais valia:							
Sanesalto	-	-	-	24.973	-	-	24.973
Urbeluz	-	-	-	13.202	-	-	13.202
	-	-	-	38.175	-	-	38.175
Ágio:							
Urbeluz	3.947	-	-	-	-	(3.947)	-
	3.947	-	-	-	-	(3.947)	-
	8.034	(216)	(1.381)	38.175	11.760	(3.947)	52.425
Perda com investimento (passivo)							
Urbeluz	(216)	216	-	-	-	-	-
Águas de Santo Antônio	(3.584)	-	-	-	(1.632)	-	(5.216)
Conasa SPE	(123)	-	-	-	(545)	-	(668)
SC Parcerias	(148)	-	-	-	-	148	-
	(4.071)	216	-	-	(2.177)	148	(5.884)
	3.963	-	(1.381)	38.175	9.583	(3.799)	46.541

11.4. Combinação de negócios

11.4.1. Aquisição Sanesul

Em 16 de junho de 2014 a Companhia adquiriu 83,7% do capital social da Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. - "Sanesul", através das negociações abaixo:

- Através do contrato de compra e venda de ações, firmado entre a Companhia (denominada compradora) e a Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - Cobrapar (denominada vendedora), a Conasa adquiriu 75 % do capital social da Sanesul, o equivalente a 16.817.950 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 4.006;
- Através do contrato de compra e venda de ações, firmado entre a Companhia (denominada compradora) e Jorge Rodrigues Alves (denominado vendedor), a Conasa adquiriu mais 8,70 % do capital social da Sanesul, o equivalente a 1.950.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 1.958.

A adquirida é uma sociedade por ações, de capital fechado, regularmente constituída, que tem como atividade a participação na empresa de Águas de Meriti Ltda. (participação de 49% do capital social), concessão esta dos serviços públicos no Município de São João do Meriti, no Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos para a operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, e cobrança direta dos serviços de esgotamento sanitário, bem como realizar a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e obras de engenharia.

Na data próxima a aquisição da Sanesul, a Administração da Companhia contratou empresa independente especializada para avaliação econômica-financeira da empresa Águas de Meriti (principal e mais relevante ativo da Sanesul), e o valor justo estimado pelos especialistas foi de R\$ 77.700, desta forma, apurou-se a mais valia na aquisição e a compra vantajosa sobre o investimento, como segue:

(a) Mais valia sobre o investimento:

	Participação acionária	Impactos
Estimativa de valor justo da Águas de Meriti Ltda. (Avaliação EY)		77.700
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. - Participação na Águas de Meriti	49%	38.073
Conasa - Companhia Nacional de Saneamento - Participação na Sanesul - Mais valia sobre investimento	83,70%	<u>31.867</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Compra vantajosa sobre o investimento

	Valor em R\$ mil
Contraprestação transferida	5.965
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos na adquirida na data da aquisição	(1.855)
Valor do patrimônio líquido na data da aquisição	11.380
Valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos	(31.867)
Compra vantajosa	<u>(16.377)</u>

11.4.2. Sanesalto

Em 30 de outubro de 2015, a CONASA adquiriu 48,08% das ações, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, de modo a não transferir o controle, e firmou compromisso de cessão a termo dos 51,92% restantes. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures.

Na data próxima a aquisição, a Administração da Companhia contratou empresa independente especializada para avaliação econômica-financeira da Sanesalto, e o valor justo estimado pelos especialistas foi de R\$ 35.800, desta forma, apurou-se apurou a mais valia na aquisição:

(a) Mais valia sobre o investimento:

	Participação	Impactos
Estimativa do valor justo da Sanesalto Saneamento S.A. (Assessoria Financeira)		35.800
Conasa - Companhia Nacional de Saneamento - Participação na Sanesalto - Mais valia sobre investimento	48,08%	17.213
Patrimônio líquido negativo da controlada na data de aquisição		7.762
Mai valia sobre o investimento		<u>24.974</u>

A Companhia assumiu as ações da empresa que apresentava passivo a descoberto de R\$ 7.762, adquiriu parcela das debêntures em circulação e logrou êxito na reestruturação das mesmas, aumentando o valor justo da empresa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Compra vantajosa sobre o investimento

	Valor em R\$ mil
Contraprestação transferida	-
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos na adquirida	8.381
Valor justo da participação societária detida anteriormente na adquirida	(620)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (*)	(24.973)
Compra vantajosa	<u>(17.212)</u>

11.4.3. Urbeluz

A Companhia adquiriu participação na Urbeluz, através de aquisição de ações e posteriormente um aumento de capital. Em 05/01/2015, a Companhia aumentou o capital da Urbeluz e em 30/10/2015, a Companhia adquiriu um total de 31,13% do capital social da companhia Urbeluz, atingindo 50% do capital e o controle da respectiva Companhia.

(a) Mais valia

Conforme laudo elaborado internamente com o propósito de estabelecer os valores de Alocação do Preço de Compra (PPA, Purchase Price Allocation) dos ativos tangíveis e intangíveis adquiridos e passivos assumidos na aquisição de 50 % das quotas do capital da Urbeluz Energética S.A., efetuada pela Conasa, tornando-se controladora por meio do Acordo de Acionistas firmado em 05 de janeiro de 2015. A combinação de negócios gerou o montante total de mais valia de R\$ 13.202, alocados nas rubricas Intangível de controlados de concessão R\$ 3.527 e carteira de clientes a ser amortizada no curto prazo de R\$ 9.675.

(b) Compra vantajosa sobre investimento

(+) Contraprestação transferida em troca do controle da adquirida	18.676
(+) Montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida	8.177
(+) Valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação	(16.354)
(-) Valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos	(13.202)
Compra vantajosa	<u>(2.703)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.4.4. Impactos no resultado

Em 31 de dezembro de 2015 fora registrado no grupo de outras receitas e despesas os ganhos de compra vantajosa sobre operações combinações de negócios nas controladas: Urbeluz (R\$ 2.703) e Sanesalto (R\$ 17.212). E em 31 de dezembro de 2014 fora registrado o ganho de compra vantajosa sobre a combinação de negócio da controlada Sanesul R\$ 16.377.

12. Imobilizado

(a) Composição

	Vida útil (%)	Controladora			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	10	(8)	2	3
Máquinas e equipamentos	10	603	(287)	316	376
Computadores e periféricos	20	396	(246)	150	186
Móveis e utensílios	10	148	(98)	50	56
Veículos	10	656	(459)	197	283
Softwares e aplicativos	20	2	(2)	-	-
Terrenos	-	700	-	700	700
		<u>2.515</u>	<u>(1.100)</u>	<u>1.415</u>	<u>1.604</u>

	Vida útil (%)	Consolidado			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	28	(9)	19	3
Máquinas e equipamentos	10	2.792	(953)	1.839	829
Computadores e periféricos	20	983	(708)	275	249
Móveis e utensílios	10	609	(301)	308	135
Veículos	10	3.693	(3.167)	526	329
Veículos - Utilitários	10	8	(5)	3	5
Softwares e aplicativos	20	2	(2)	-	-
Benfeitorias em imóveis	10	771	(187)	584	197
Terrenos	-	6.370	-	6.370	6.370
Imobilizado em andamento		6.285	-	6.285	45
		<u>21.541</u>	<u>(5.332)</u>	<u>16.209</u>	<u>8.162</u>

Segundo a Administração não há indicadores na Companhia (Controladora) de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação do imobilizado

	Controladora			
	Saldo em	Adições	Depreciação	Saldo em
	31/12/2014			31/12/2015
Instalações	3	-	(1)	2
Máquinas e equipamentos	376	-	(60)	316
Computadores e periféricos	186	24	(60)	150
Móveis e utensílios	56	9	(15)	50
Veículos	283	-	(86)	197
Terrenos	700	-	-	700
	<u>1.604</u>	<u>33</u>	<u>(222)</u>	<u>1.415</u>

	Consolidado				
	Saldo em	Adições	Adições	Depreciação	Saldo em
	31/12/2014	novas consolidações (*)	Reclassific.		31/12/2015
Instalações	3	1	24	(9)	19
Máquinas e equipamentos	829	374	1.589	(953)	1.839
Computadores e periféricos	249	366	368	(708)	275
Móveis e utensílios	135	359	115	(301)	308
Veículos	329	2.758	606	(3.167)	526
Veículos - Utilitários	5	3	-	(5)	3
Softwares e Aplicativos	-	2	-	(2)	-
Benfeitorias em imóveis	197	30	544	(187)	584
Terrenos	6.370	-	-	-	6.370
Imobilizado em Andamento	45	-	6.240	-	6.285
	<u>8.162</u>	<u>3.893</u>	<u>9.486</u>	<u>(5.332)</u>	<u>16.209</u>

13. Intangível

(a) Composição

	Consolidado			
	Taxa de Amortização	Custo	31/12/2015	
			Amortização	Líquido
Infraestrutura de concessão (**)	3,27%	125.466	(36.404)	89.062
Direito de uso de software	20%	2.998	(1.771)	1.227
Mais valia sobre intangível baseado em contratos de concessão(*)		3.528	-	3.528
		<u>131.992</u>	<u>(38.175)</u>	<u>93.817</u>
	Consolidado			
	Taxa de Amortização	Custo	31/12/2014	
			Amortização	Líquido
Infraestrutura de concessão	3,27%	103.031	(30.329)	72.702
Obras em andamento	20%	14.660	-	14.660
Ágio (Goodwill)		3.947	-	3.947
		<u>121.638</u>	<u>(30.329)</u>	<u>91.309</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) Mais valia está relacionado a aquisição do controle da empresa Urbeluz Energética S.A. referente a composição da carteira de clientes e o intangível, considerado no cálculo da "mais valia" na aquisição de mais 31,63% da Companhia, ficando a Conasa com 50% de participação e com controle na administração;
- (**) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões está baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período, ou pelo prazo de vida útil, caso este seja menor que o período da concessão. A apresentação está sendo realizada da taxa média de amortização, sendo composta por 3,88% da companhia Águas de Itapema e 2,65% da companhia Águas de Santo Antonio.

A companhia não possui saldos de infraestrutura cedidos pelo poder concedente.

(b) Movimentação do intangível

	Consolidado			
	Infraestrutura de concessão	Obras em andamento	Ágio (Goodwill)	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2014	72.702	14.660	3.947	91.309
Adições por desenvolvimento interno e aquisições	8.629	-	-	8.629
Adição por meio de combinação de negócios (a)	-	-	9.256	9.256
Reclassificação (b)	-	-	(9.675)	(9.675)
Transferências devido conclusão de obras.	14.660	(14.660)	-	-
Amortização do exercício	(5.702)	-	-	(5.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	90.289	-	3.528	93.817

(a) Vide nota explicativa nº 3.7.

(b) Vide nota explicativa nº 5.

13.1. Serviços de construção

	31/12/2015	30/12/2014
Receita de construção	10.729	11.500
Custo de construção	(10.729)	(11.500)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A companhia não possui margem de lucro sobre os serviços de construção.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

(a) Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB), utilizados principalmente como capital de giro da Companhia e suas Controladas.

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Controladora	
			Circulante	
			31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos				
Capital de giro - PRÉ	set/14	20,98%	-	386
Financiamentos de maquinas e equipamentos - PRÉ	nov/18	6,99%	3	2
			<u>3</u>	<u>388</u>
Arrendamentos mercantis financeiros				
Financiamentos de maquinas e equipamentos - PRÉ	nov/18		688	-
			<u>688</u>	<u>-</u>
			<u>691</u>	<u>388</u>

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Consolidada			
			31/12/2015		31/12/2014	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Capital de giro - PRÉ	nov/14	22,71%	-	-	386	-
Outros empréstimos e financiamentos		12,00%	3	282	492	-
Debentures (Conasa-SPE) nota.15.4	jun/24	10,50%	2.130	11.451	993	11.187
Debentures (Urbeluz) nota 15.4	jul/15	9,32%	3.178	-	-	-
Empréstimos Execução Obras		12,00%	5.386	-	-	-
Capital de giro - CDI (Urbeluz)	dez/18	5,80%	4.537	9.079	-	-
Cédulas de crédito bancário - IGPM	jun/19	10,50%	13.713	43.282	15.297	48.981
			<u>28.947</u>	<u>64.094</u>	<u>17.168</u>	<u>60.168</u>
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame - PRÉ (Urbeluz)	abr/19	8,81%	105	192	-	-
Leasing - PRÉ	dez/15	22,08%	4	496	4	-
			<u>109</u>	<u>688</u>	<u>4</u>	<u>-</u>
			<u>29.056</u>	<u>64.782</u>	<u>17.172</u>	<u>60.168</u>

(b) Amortização da dívida

	Controladora	Consolidado
2016	3	29.056
2017	231	13.802
2018	457	13.802
Após 2018	-	37.178
Total	<u>691</u>	<u>93.838</u>

(c) Garantias dadas

Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas e aplicações financeiras.

(d) Debêntures Conasa-SPE S.A.

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000, sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2014, parte destas debêntures foram escrituradas.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

(e) Debêntures Urbeluz Energética S.A.

Em 03 de junho de 2014, a Companhia emitiu 1 debênture conversível em ação ao valor nominal de R\$ 1.443, remunerada ao 1% ao mês. Além da remuneração prevista, o titular da debênture fará jus a um prêmio fixo no valor total de R\$ 2.273.

A debenture e o prêmio serão amortizados em duas parcelas semestrais, cuja, o vencimento final será em 29 de maio de 2015.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 02 de março de 2015, através ata da assembleia geral debenturista, foi aprovado a realização das seguintes alterações nas características da debenture:

Postergação do vencimento da debenture para 27 de julho de 2015

Os juros remuneratórios de 1% ao mês serão computados a partir de 05 de março de 2015. A amortização da debenture passa a ser realizada em parcelas fixas, a se iniciar em 5 de março de 2015. A remuneração será paga juntamente com as amortizações do principal. Aumento no valor do prêmio, que passará a ser de R\$ 2.655, a ser pago em 6 parcelas mensais, nas mesmas datas de pagamento da amortização do principal.

Em 31 de dezembro de 2015, quatro parcelas (amortização e bônus) estavam pendentes de pagamento, todas devidamente atualizadas de acordo com o que dispõe os acordos entre as partes.

A seguir a amortização da dívida:

Vencimento em	Conasa-SPE	Urbeluz
2016	2.129	3.178
2017	2.129	-
2018	2.129	-
2019	2.129	-
2020	2.129	-
2021	2.129	-
Após 2021	807	-
	<u>13.581</u>	<u>3.178</u>

15. Encargos tributários a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
PIS e COFINS a recolher	89	34	3.196	1.809
Retenção de impostos	83	94	1.061	1.182
Impostos de renda e Contribuição Social	78	75	2.539	1.288
IRRF s/ salários	30	18	146	18
ISS a Recolher	12	-	1.038	6
Impostos diferidos	-	-	348	211
	<u>292</u>	<u>221</u>	<u>8.328</u>	<u>4.514</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários e férias	382	352	966	912
Fgts s/salarios e férias	68	40	206	192
Inss s/salarios e férias	194	67	1.595	873
	<u>644</u>	<u>459</u>	<u>2.767</u>	<u>1.977</u>

17. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Parcelamento previdenciário	65	91	102	99
Parcelamento federal	45	35	567	283
Parcelamento do Refis da Crise	147	-	503	61
	<u>257</u>	<u>126</u>	<u>1.172</u>	<u>443</u>
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	-	-	493	57
Parcelamento federal	124	151	1.691	205
Parcelamento do Refis da Crise	1.912	1.857	8.243	7.420
	<u>2.036</u>	<u>2.008</u>	<u>10.427</u>	<u>7.682</u>
	<u>2.293</u>	<u>2.134</u>	<u>11.599</u>	<u>8.125</u>

Em 22 de agosto de 2014, a Companhia e suas Controladas Companhia Águas de Itapemas e Sanetrat Saneamento S.A., aderiram ao "Refis da Crise", instituído pela lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 e alterado pela medida provisória nº 651 de 9 de julho de 2014. Em 25/09/2015 foram consolidados os débitos de tributos apenas controlados pela receita federal e procuradoria da receita federal, os previdenciários a Receita Federal ainda não publicou a data da consolidação dos débitos.

18. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Sanesalto Saneamento S.A.	-	5.286	-	5.286
Sanetrat Saneamento S.A.	-	80	-	80
Dividendos a pagar não controladores	-	-	133	-
Emprestimos de terceiros (*)	-	-	744	-
Outras contas a pagar	-	10	44	54
	<u>-</u>	<u>5.376</u>	<u>921</u>	<u>5.420</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências

19.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

(a) Saldos patrimoniais

		Consolidado			
		31/12/2015			
Probabilidade de perda		Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Provável		2.052	2.982	352	5.386
		<u>2.052</u>	<u>2.982</u>	<u>352</u>	<u>5.386</u>

		Consolidado			
		31/12/2014			
Probabilidade de perda		Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Provável		1.451	1.001	-	2.452
		<u>1.451</u>	<u>1.001</u>	<u>-</u>	<u>2.452</u>

(b) Movimentação

		Consolidado			
		Tributário	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014		2.406	46	-	2.452
Adições		352	2.006	3.421	5.779
Baixas por reversão		(2.406)	-	(439)	(2.845)
Baixas por liquidação		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		<u>352</u>	<u>2.052</u>	<u>2.982</u>	<u>5.386</u>

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

Ações tributárias

Referem-se ao débito de ISS sobre as prestações de serviços realizados até maio de 2009 pelo Consórcio Construtor Catarinense mediante o contrato de empreitada global vigente entre as partes e a prefeitura municipal de Itapema considera a Companhia devedora solidária. No entanto, a companhia entrou com um recurso em 2012 e em 2015 conseguiu diminuir o saldo existente. A dívida continua em processo de execução, mas sem perspectiva de cobrança, no qual os assessores legais entendem que há probabilidade de perda possível em relação ao processo.

Ações cíveis

Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores.

Ações trabalhistas

Na Urbeluz, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

19.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R\$ 2.291 em processos cíveis, R\$ 863 em processos trabalhistas e 1.589 em processos tributários, considerados como perdas possíveis.

20. Patrimônio Líquido

20.1. Capital social subscrito e integralizado

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 158.187, representado por 158.187 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Infra Saneamento Fundo de Investimento em Participações	158.187	100%	141.584	100%
	<u>158.187</u>	<u>100%</u>	<u>141.584</u>	<u>100%</u>

20.2. Aumento do Capital Social

Em 28 de dezembro de 2015 o acionista controlador aumentou o capital social da Companhia de R\$ 141.584 para R\$ 158.187, mediante subscrição e integralização de 16.602.680 (dezesseis milhões, seiscentos e dois mil, seiscentos e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, equivalentes a R\$ 16.603. As integralizações foram realizadas com recursos decorrentes da transferência de 7.508 (sete mil, quinhentas e oito) debêntures emitidas pelas Sanesalto, no valor de R\$ 13.818 e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, no valor de R\$ 2.785, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

20.3. Dividendos mínimos obrigatórios

Ao acionista é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido, ajustado, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.420. Por deliberação unânime da assembleia geral de acionistas de 03 de maio de 2016, a distribuição de dividendo não foi aprovada, revertendo o dividendo obrigatório para a reserva de lucros.

20.4. Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de serviços	8.709	9.370	14.998	12.757
Receita de locação de veículos	99	81	99	81
Receita de locação de equipamentos	183	263	183	263
Receita bruta de serviços (saneamento)	-	-	44.767	39.030
Receita bruta de serviços (energia)	-	-	56.418	-
Receita de construção	-	-	10.729	11.500
Receita não faturada	-	-	-	(543)
Cancelamentos	-	-	(4.381)	(545)
Impostos sobre prestação de serviços	-	(523)	(8.313)	(2.477)
	<u>8.991</u>	<u>9.191</u>	<u>114.500</u>	<u>60.066</u>

22. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custos com pessoal	(2.389)	(2.164)	(10.566)	(5.590)
Custos com materiais e insumos	(891)	(349)	(12.089)	(1.661)
Custos com produtos químicos	(37)	(46)	(1.016)	(1.235)
Custos com serviços de terceiros	(1.133)	(1.403)	(6.159)	(4.604)
Custos com amortização	-	-	(5.094)	(4.905)
Custos com energia elétrica	-	-	(16.428)	(1.750)
Custos com construção	-	-	(10.729)	(11.500)
	<u>(4.450)</u>	<u>(3.962)</u>	<u>(62.081)</u>	<u>(31.245)</u>

23. Despesas Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Com pessoal	(2.309)	(1.728)	(7.296)	(4.446)
Com serviços de terceiros	(4.455)	(7.792)	(9.923)	(10.947)
Com viagem	(952)	(820)	(1.604)	(1.051)
Com locação	(663)	(1.095)	(1.549)	(1.701)
Com depreciação	(222)	(263)	(1.010)	(340)
Provisões contingenciais	(212)	-	(786)	-
Com perda com investimentos	-	-	-	-
Outras despesas	(1.836)	(1.348)	(4.028)	(1.906)
	<u>(10.649)</u>	<u>(13.046)</u>	<u>(26.196)</u>	<u>(20.391)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	115	(89)	(2.776)	(11.712)
Juros sobre debêntures	-	-	-	(1.695)
Juros sobre CCBs	-	-	(9.120)	-
Despesas bancárias	(27)	(14)	(2.757)	(514)
Juros tributários	(471)	(584)	(2.178)	(1.619)
Outras despesas financeiras	(25)	(340)	(2.579)	(340)
	<u>(408)</u>	<u>(1.027)</u>	<u>(19.410)</u>	<u>(15.880)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	357	162	892	531
Juros sobre faturamento	-	-	176	430
Desconto obtido	2	-	9	9
Rendimento sobre cédula de crédito imob	-	-	-	2.689
Rendimento sobre títulos de dívidas	-	-	-	1.640
Outras receitas financeiras	60	-	4.880	354
	<u>419</u>	<u>162</u>	<u>5.957</u>	<u>5.653</u>
	<u>11</u>	<u>(865)</u>	<u>(13.453)</u>	<u>(10.227)</u>

25. Resultado por Ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do período.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (Prejuízo) Líquido	24.548	10.000
Lucro atribuído a não controladores	2.596	(129)
Resultado atribuível aos acionistas	<u>21.952</u>	<u>10.129</u>
Quantidade de Ações	158.187.034	141.584.354
Lucro por Ação	R\$ 0,14	R\$ 0,07

26. Segmentos Operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica de contrato, além da relevância das receitas de cada segmento.

Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de concessões de saneamento básico, gestão de iluminação pública sob regime de concessão administrativa e fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental.

O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti e Águas de Santo Antônio são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. Nos exercícios de 2014 e 2015, a Companhia também realizou operação de sistemas de água e esgoto municipais, em regime de contratação emergencial.

O setor de iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas ("PPP") e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2015, a Urbeluz detinha participação em duas PPP. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat, e remediação de solo e serviços de engenharia ambiental, atividade realizada pela Envimax.

As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

	Receitas Líquidas		Lucro Operacional	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saneamento Básico	52.991	56.840	27.761	24.635
Iluminação Pública	50.183	-	19.026	-
Saneamento Ambiental	3.949	2.924	2.748	2.184
Outros	600	302	2.884	2.002
	<u>107.723</u>	<u>60.066</u>	<u>52.419</u>	<u>28.821</u>

	Depreciação e Amortização		Total do Ativo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saneamento Básico	4.905	5.031	228.321	197.066
Iluminação Pública	860	-	46.202	4.647
Saneamento Ambiental	375	147	2.461	3.282
Outros	-	347	36.443	29.970
	<u>6.140</u>	<u>5.525</u>	<u>313.427</u>	<u>234.965</u>

27. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Contudo, durante o exercício de 2015 e vigentes em datas variáveis em 2016, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

28. Instrumentos financeiros

28.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

28.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria		Controladora			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	644	644	19.479	19.479
Contas a receber	Custo Amortizado	524	524	268	268
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	39.983	39.983	70.128	70.128
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	13.818	13.818	-	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	768	768	234	234
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	3	3	388	388
Partes relacionadas	Custo amortizado	5.386	5.386	100	100

Categoria		Consolidado			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	5.012	5.012	20.294	20.294
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	35.905	35.905	5.211	5.211
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	62.916	62.916	47.665	47.665
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	17.177	17.177	166	166
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	11.688	11.688	4.640	4.640
Empréstimos e financiamentos e Debentures	Custo amortizado	93.838	93.838	77.340	77.340
Partes relacionadas	Custo amortizado	540	540	134	134

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

28.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

- (a) Risco de mercado - Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

	Risco	Saldo em risco	Saldo atual	Cenários		
				Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Ativo financeiro						
Outros investimentos	Redução da taxa CDI	644	72	15	11	8
Debêntures Sanesalto	Redução da Taxa IGPM	26.966	2.842	44	33	22
Sanetrat CCI	Redução da taxa IGPM	31.689	3.340	51	38	26
		<u>59.299</u>	<u>6.254</u>	<u>110</u>	<u>82</u>	<u>56</u>
Passivo financeiro						
Finame	Aumento na taxa TJLP	691	22	16	20	24
Debêntures - Conasa SPE	Aumento na taxa IGPM	13.581	1.431	22	28	33
		<u>14.272</u>	<u>1.453</u>	<u>38</u>	<u>48</u>	<u>57</u>

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

- (a) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem apenas um cliente, e este é fundamentado por contrato de prestação de serviços com recebíveis mensais fixos;

- (b) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

29. Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Como as presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme inciso VIII do artigo 1º do Anexo 3 da Instrução CVM 480, a Companhia apresenta os principais fatos posteriores ao encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

CONASA - Primeiramente, a Administração destaca a Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 05 de setembro de 2016, aprovando a ampliação do objeto social da empresa para investimento em infraestrutura em geral. Além disso, foi autorizado o registro da Companhia na Categoria A, conforme Instrução CVM 480, e respectivo registro no ambiente denominado BOVESPA MAIS da BM&FBOVESPA.

CONASA - Em 24 de janeiro de 2017 em Assembleia Geral cuja Ata foi levada a registro na Junta Comercial do Paraná a denominação da Companhia foi alterada para CONASA Infraestrutura S.A. e o seu Capital Social foi aumentado em R\$ 4.500 (quatro milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 162.687 (cento e sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, trinta e quatro reais) pela integralização de ações INFRA Saneamento Fundo de Investimentos em Participações.

ÁGUAS DE ITAPEMAS - A Águas de Itapema firmou, conforme divulgado, 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que estabeleceu o reequilíbrio econômico financeiro e as obrigações de investimento da concessionária. O reequilíbrio impactou em um reequilíbrio tarifário de cerca de 23% e a obrigação da empresa investir R\$ 504 milhões nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A totalidade do processo de reequilíbrio foi conduzido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina, agência reguladora delegada pelo município, acompanhada pelo Tribunal de Contas do Estado, poder concedente e concessionária. Essa alteração contratual se deu com base na Resolução ARIS nº 025/2015, dentro do Processo Administrativo nº 109/2015, e a vigência desse novo arranjo contratual se iniciou em 1 de janeiro de 2016.

Posteriormente e de forma unilateral, sem a interveniência do Poder Concedente e da concessionária, a ARIS pretendeu alterar parte do Contrato de Concessão pela edição de duas outras resoluções a de nº 003/2016 e a de nº 006/2016, desequilibrando unilateralmente o contrato de concessão, o que é vedado pela Lei de Concessões (Lei 8987/95) e pelo Marco Regulatório de Saneamento (Lei 11445/07). A Águas de Itapema contestou perante o judiciário as pretendidas alterações tarifárias, em clara ofensa a princípios Constitucionais e do Direito Administrativo. Permanece válido o 2º Termo Aditivo firmado.

Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, previstas no Plano Municipal de Saneamento e orçadas em R\$ 11.841, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. Para desenvolvimento do objeto do referido contrato, a Conasa estabeleceu direito de uso de superfície em favor do FII e foi por este contratada em regime de empreitada global para execução das obras de implantação, com previsão de término em dezembro de 2017, além de figurar como fiadora do contrato de locação.

ÁGUAS DE ITAPEMA - Em 25 de janeiro de 2017 foi publicado o Termo de Convênio nº 012/2017/ARESC firmando entre o município de Itapema e a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC, tendo por objeto a delegação pelo Município à ARESC as questões afetas a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico. Esse convênio está em linha com a Lei 11.445 de 5 janeiro de 2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. A Companhia entende que com o reestabelecimento da regulação estão colocadas as condições para apresentação à Reguladora de pleito para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para recompor o status quo ante à restrição imposta à cobrança de tarifa sazonal incidente sobre os grandes consumos no período de verão (dezembro a fevereiro). No exercício de 2016 o faturamento bruto da Companhia Águas de Itapema foi reduzido de R\$ 2.212. Os efeitos dessa redução persistirão no exercício de 2017 e serão relatados adequadamente nas demonstrações trimestrais.

A Águas de Itapema obteve aprovação para financiamento junto ao BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no montante de R\$ 13.200, juros remuneratórios de TJLP + 7,4% a.a. e 240 meses de prazo. Em 16 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a concessão de garantia fidejussória Águas de Itapema para contrair empréstimo junto ao para suportar o Plano de Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Itapema.

ÁGUAS DE SANTO ANTÔNIO - Em 12 de janeiro de 2017, o município de Santo Antônio de Pádua, mediante o Decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio S/A.A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, ingressou com Ação Declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município de Santo Antônio de Pádua.

A Companhia espera lograr êxito na Ação Declaratória, retomando a concessão. Em caso de insucesso da Ação, a Companhia buscará indenização pelos investimentos realizados e pelas perdas e danos.

SANETRAT - Em 28 de julho de 2016, a Companhia capitalizou o aporte para futuro aumento de capital realizado na Sanetrat, através da elevação do capital social para R\$ 40.648.

SANESALTO - Em 23 de maio de 2016, a Companhia recebeu 37.521 ações, correspondentes a 1,87% do capital social, da Sanesalto, via cessão não onerosa de antigos membros do conselho e diretores.

MARABÁLUZ - Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor.

MARABÁLUZ - Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Ação Declaratória solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

MAÚA LUZ - Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350. A Companhia detém 20% do consórcio vencedor.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DIFERENÇAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015, PUBLICADA EM 29/04/2016 E APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS EM 03/05/2016, E AS PRESENTES DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS CONFORME INCISO VIII DO ARTIGO 1º DO ANEXO 3 DA INSTRUÇÃO CVM 480

A Administração declara que não houveram alterações significativas nas Demonstrações Financeiras especialmente preparadas para fins de registro da Companhia na Categoria A, conforme Instrução CVM 480.

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as orientações da Comissão de Valores Mobiliários, incluindo Demonstração de Valor Adicionado, nota explicativa de resultado por ação (Nota 25) e segmentos operacionais (Nota 26).

Além disso, foi incluída nota explicativa sobre eventos subsequentes, pelo prazo transcorrido do encerramento do exercício e da elaboração das presentes demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Diretoria executiva

- Diretor Presidente: Mario Vieira Marcondes Neto;
- Diretor Administrativo Financeiro: Manoel Motta Netto;
- Diretor de Operações: César Ferreira de Menezes;
- Diretor de Relações com Investidores: Paulo Guida.
- Contador: Isaac do Nascimento - CRC PR 043.806/O-1

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/O-1